



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

VALDEIR ALVES DOS SANTOS

**CORPO URBANO/CORPO HUMANO: CAMPINA GRANDE COMO TERRITÓRIO
DE DISPUTA (1935-1945)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

VALDEIR ALVES DOS SANTOS

**CORPO URBANO/CORPO HUMANO: CAMPINA GRANDE COMO TERRITÓRIO
DE DISPUTA (1935-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, Campus I em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes

**CAMPINA GRANDE – PB.
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237c Santos, Valdeir Alves dos.
Corpo urbano/corpo humano [manuscrito] : Campina Grande como território de disputa (1935-1945) / Valdeir Alves dos Santos. - 2019.
63 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes, Coordenação do Curso de Jornalismo - CCSA."
1. Campina Grande - Paraíba. 2. História cultural. 3. História social. 4. Modernização. I. Título
21. ed. CDD 907.2

VALDEIR ALVES DOS SANTOS

**CORPO URBANO/CORPO HUMANO: CAMPINA GRANDE COMO TERRITÓRIO
DE DISPUTA (1935-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura em
História do Centro de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba UEPB,
Campus I em cumprimento aos requisitos
necessários para obtenção do grau de
licenciatura em História.


Orientador: Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes

Aprovado em: 27/11/2019.

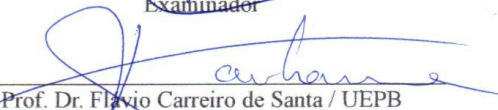
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes / UEPB

Orientador


Prof. Dr. Matusalém Alves de Oliveira / UEPB

Examinador


Prof. Dr. Flavio Carreiro de Santa / UEPB

Examinador

Em Memória de Valdemar Vicente Dos Santos,
meu amado pai...

AGRADECIMENTOS

É fundamental demonstrar nesse momento todo o meu agradecimento a Deus por ter permitido chegar até aqui e pela dádiva de me presentear com uma família no qual o seu seio presta o amor, minha mãe Marinez, minhas irmãs Andreia, Adriana e Aline e principalmente ao meu pai Valdemar que direcionou o meu destino e mesmo em outro plano sei do seu orgulho ao término desta caminhada e é o meu maior incentivo a seguir meus sonhos.

A Universidade Estadual da Paraíba, pelos vários serviços prestados a comunidade Acadêmica sendo essa uma instituição de reconhecida importância no âmbito da produção de saber no mundo das letras sendo este o recurso fundamental para o engrandecimento pessoal e profissional e pelo apoio oferecido sempre que necessário.

Ao corpo Técnicos do Arquivo Atila Almeida, ao arquivo publica da Prefeitura Municipal, e ao apoio do fórum Afonso Campos, essas três instituições foram de suma importância na parte prática desta pesquisa.

Gostaria de agradecer ao corpo técnico da Universidade Estadual da Paraíba que sempre foi acolhedor nos recursos em busca das letras e durante todo o decorrer do curso sendo fundamental na estadia nesta instituição.

Ao professor Iordan Queiroz Gomes por sua excelência na arte de ensinar além do trato humano com os alunos sendo esse espelho para os que buscam seguir a profissão professor além de um conhecimento histórico/historiográfico inspirador.

Aos professores do curso de História que deixaram um vasto grau de conhecimento e referência tanto em suas condutas pessoais e profissionais, em especial Matuzalém Alves de Oliveira, Bruno Rafael de Albuquerque Gaudencio, Adonhiran Ribeiro, Ramsés Nunes e Silva, Maria do Socorro Cipriano, Gilbergues Santos Soares, José do Egito Negreiros e por fim ao professor José Émerson Macedo professor ao qual eu tive o prazer de ser monitor sendo este um período importante na continuação do curso.

De destacável importância temos os meus colegas de curso em especial Ednaldo, Wanderson, Jeymisson, Mivson, Gustavo, Jaedina, Katarina, Franciel, Marília, Maxiel, Fernando, Bruna, Yane, Aline, Jailson e Erica, pessoas importantes durante todos esses anos de curso com puxões de orelha e boas risadas.

Ao projeto do PIBID com a coordenação de Auricelia Lopes sendo esse episódio de grande importância na minha formação de professor, um agradecimento especial ao professor Thiago Raposo por seu profissionalismo o que na ocasião percebe-se o seu grande potencial para contribuição do ensino de História e um futuro promissor no campo da produção historiográfica.

Ao grupo de trabalhadores externos da UEPB, em especial a Toinha que foi uma companhia agradável durante as tardes naquela instituição e que com nossa ajuda irá superar o momento de dificuldade o qual passa, e a seu Cicero e dona Iraci pelos memoráveis fins de noite de imensas gargalhadas.

Por fim quero agradecer a todos que conheci, seja em projetos, nos corredores, nos ônibus, aos alunos e professores dos estágios e todos que se fizeram presente durante esses 5 anos de curso o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as ações modernizantes ocorridas na cidade de Campina Grande entre os anos de 1935 a 1945, tendo como foco as suas disputas no campo político. Para isso, será utilizado o princípio de cidade como “território em disputa”, com embates que visam o controle do espaço, do discurso e do próprio corpo como propõe o título do trabalho. Tratando-se de uma pesquisa que contempla o estudo das cidades em seu aspecto cultural e representativo, analisaremos de início uma literatura historiográfica que contempla a cidade como objeto, nesse momento será trazida em consonância a historiografia campinense que trata o tema, em sequência observamos disputas políticas através de periódicos da cidade destacando embates representativos por qual projeto modernizante é o melhor para ser implantado. Por fim, a discussão remonta a fase prática da modernização no qual configura-se a disputa pelo espaço evidenciando-se os ditos “mecanismos jurídicos” tanto de ataque como de resistência. Utilizando por base, conceitos da história cultural e social em perspectivas de trabalhos que conceituam essas vertentes históricas e representativas, entre os autores que utilizamos estão Simas (2010) o conceito de cidade em disputa; Aranha (2006) pensar a cidade moderna pelos seus signos ao invés do ritmo frenético; Chartier (2002) e o seu método histórico representativo, além do trabalho historiográfico de Foucault (2010) em relação a disciplina. A metodologia foi baseada em uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual as fontes utilizadas foram os jornais impressos e documentos oficiais expedidos pelo poder público. Esta pesquisa contribui no campo da História, pois, demonstra a importância de trazer ao debate a realização de projetos modernizadores não do ponto de vista da arquitetura, porém as suas disputas políticas e representativas, além da relevância social que esse tipo de estudo representa.

Palavras-chave: A cidade em disputa. Campina Grande. Modernização.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the modernizing actions that occurred in the city of Campina Grande between 1935 and 1945, focusing on their disputes in the political field. For this, the principle of the city will be used as “territory in dispute”, with clashes that aim at the control of space, speech and the body itself as proposed by the title of the work. This is a research that contemplates the study of cities in their cultural and representative aspect, we will first analyze a historiographical literature that contemplates the city as object, At this moment, the history of the city that deals with the theme will be brought in line, following which we observe political disputes through city journals highlighting representative clashes by which modernizing project is the best to be implemented. Finally, the discussion goes back to the practical phase of modernization in which the dispute for space is configured, highlighting the “legal mechanisms” of both attack and resistance. Using as grounding, concepts of cultural and social history in perspectives of works that conceptualize these historical and representative aspects, among the authors that we are use, there is Simas (2010) with the concept of city in dispute; Aranha (2006) thinking of the modern city by its signs rather than the frantic pace; Chartier (2002) and its representative historical method, in addition to Foucault's (2010) historiographical work in relation to the discipline. The methodology was based on bibliographic and documentary research, in which the sources used were the printed newspapers and official documents issued by the public power. This research contributes to the field of history, therefore, demonstrates the importance of bringing to the debate the realization of modernizing projects, not from architecture, but their political and representative disputes, besides the social relevance that this type of study represents.

Keywords: The city in dispute. Campina Grande. Modernization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – ENTRE O ESCRITO E O VIVIDO, REPRESENTAÇÕES E PRATICAS NA HISTORIOGRAFIA DAS CIDADES.....	15
1.1 História na rua, percepções sobre a cidade nas letras.....	18
1.2 Entre o “velho” e o “novo”, os “alicerces” de uma reforma urbana.....	23
CAPÍTULO II – O ANTES DA REFORMA, DISPUTAS REPRESENTATIVAS; OS CASOS DOS JORNAIS A BATALHA E O REBATE EM CAMPINA GRANDE (19301935).....	29
2.1 Campina, Cidade dos Monstros?.....	31
2.2 As representações políticas em linhas editoriais, será a modernização um bem comum?.....	34
2.3 “Oh! Homem! Oh! Prefeito! Oh! Tirano!”, Uma Constante Batalha politica.....	37
CAPÍTULO III – CAMPINA GRANDE COMO CIDADE DISCIPLINAR.....	43
3.1 “Concede-nos Licença Sr. Prefeito”.....	43
3.2 A Cidade em Processos: Modernidade para quem.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

INTRODUÇÃO

A história é a necessidade vigorosa de contar, a necessidade vigorosa da palavra, a necessidade fundamental de falar, a necessidade de passar a herança da ancestralidade, porque é aquela velha lição: você vive para quê?

Luiz Antônio Simas

Campina Grande, 27 de dezembro de 1934, o jornalístico impresso *A Batalha* traz em uma de suas colunas a crônica intitulada, “Campina, Cidade de Ruas Tortas, Praças Entulhadas e Sargetas Infectas”.¹ O texto assinado pelo jornalista Arlindo Corrêa Da Silva retrata um das reivindicações recorrentes neste e em outros periódicos da cidade; a necessária reforma urbana que Campina Grande precisava para entrar definitivamente na rota das cidades de grande pujança em nível de comércio e da indústria, portanto, a reivindicação mostrada na respectiva coluna e em outros folhetos simboliza um desejo dos entusiastas da cidade, a busca pela modernização e pelo embelezamento das vias públicas.

Na produção historiográfica que se segue, trabalhamos o período de transformação urbanística de Campina Grande durante os anos de 1935 a 1945 destacando um olhar sobre como esse processo é baseado em uma constante disputa político/jurídica e como o advento das leis e de técnicas jurídicas disciplinares eram usados nas políticas do corpo de seus habitantes e de que modo estes influenciavam em suas relações sociais, no dia a dia, destacando a ingerência nas relações cotidianas através do poder da lei, da disciplinarização.

Este trabalho surge a partir de um desejo pessoal de se pensar a cidade através de modelos comportamentais impostos pelo poder público, utilizando de meios para moldar os costumes e/ou proibindo/influenciando diretamente em práticas culturais. Ao longo desta pesquisa, o caminho seguido buscou compreender como um complexo momento de reforma estrutural influencia no dia a dia da população e mostrar que a cidade é um corpo vivo que cria/recria a vida a partir da fresta

Para contar a história de uma cidade, naturalmente recorre-se ao que se diz sobre ela, porém você pode contar a história de uma cidade também pelo que ela não diz, para isso será usado nesse processo historiográfico, o pressuposto de cidade como “território em disputa” por SIMAS (2015), conceito usado nesta pesquisa, como forma de pensar a cidade em todas as suas dimensões.

1 *A Batalha*, Campina Grande, 1934, p.02. Para fins de esclarecimento do nosso leitor, quando transcritos os documentos, utilizaremos a grafia conforme linguagem presente no contexto.

Desta forma, a presente narrativa busca trazer em suas entrelinhas o princípio de territórios em disputa, a cidade de Campina Grande como tendo suas vias públicas constantemente disputadas por estratos de sua população, no qual essa disputa em certas ocasiões é perpassada para o próprio corpo desses habitantes, com técnicas que tinham como premissa a disciplinarização, por isso a nomenclatura adotada Corpo Urbano/Corpo Humano, uma análise da reforma urbana não como objeto, não no seu contexto arquitetônico, mas como cenário para compreensão das disputas para a realização dessa reforma.

A historiografia sobre o período de transformação urbana de Campina Grande, é vasta e de grande importância para a corrente histórica. Não apenas no estudo de caso sobre o tema, mas também para a história/historiografia Campinense e Paraibana², porém, a reforma urbana implantada pelo prefeito Vergniaud Borborema Wanderley (1935-1945) que representa a assomada no iniciado projeto urbanizador na gestão anterior debruça-se em contornos que tem como mote todo o processo prático das transformações paisagísticas por qual passou o município.

Como forma de contribuição para a corrente da história, a produção presente não se detém aos detalhes do projeto urbanizador, mas sim compreender como esse movimento veio acompanhado de todo um mecanismo jurídico de controle, que era utilizada através da institucionalização. Portanto, entendendo a cidade como um território de múltiplas representações, de várias realidades, observa-se que frequentemente essas variadas vertentes que uma cidade possui entram em confronto percebendo-se assim várias “cidades” dentro de um mesmo território. Com isso, será adotado nessa pesquisa no seu método analítico, a cidade como sendo um constante território de disputa, desde a sua constituição histórica, nas disputas de narrativas e no caso específico da reforma urbana em Campina Grande uma disputa no espaço físico que transcende para o corpo disciplinar, sendo este um dos objetivos desta pesquisa.

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros [...],”³ o que se observa que as representações culturais estão presentes no cotidiano, e a rua por sua diversidade cultural apresenta-se de forma mais visceral por sua imensa diversidade que a cidade representa. A História e o homem, o fim, o início e o meio, a relação entre ambas fundamenta uma das características que a ciência histórica consagra a primeira, certa vez dita

2 Parte significativa dessas referidas produções serão citadas ao longo desta pesquisa, especialmente para compreensão do cenário por qual passava a cidade no período em estudo, percebendo as entrelinhas da reforma urbana na vida cotidiana mesma que essa não seja a intenção das produções mencionadas.

3 (CHARTIER. 2002 p.17).

como *colcha de retalhos*⁴, a história caracteriza-se por sua diversidade, sua divergência, suas várias frestas, esse entendimento sobre os múltiplas representações que a história e a historiografia possuem é uma das premissas para a compreensão desta pesquisa em seu campo de produção, visto os vários pontos de vista que uma mesma fonte ou monumento histórico pode produzir.

Mergulhar nos caminhos da história é algo desafiador se levarmos em consideração que é impossível uma recuperação em sua essência. A história como narrativa de um de tempo perdido é irrecuperável em sua totalidade, por isso, é uma das atribuições do historiador a busca por uma aproximação, verossimilhança com o vivido, e uma das formas de mergulhar na narrativa histórica é o cotidiano, o dia a dia, pensando nessa busca por uma contribuição para o cotidiano, uma de suas representações simbólicas é a cidade, a cidade como espaço de convivência, de sociabilidade, a rua como folha no velho livro do tempo vivido, o vivido e o cotidiano, o dia a dia, a rua, a esquina, o local de trabalho e por conseguinte, a casa.

Em caráter restrito, esta pesquisa busca solucionar questões em torno das técnicas jurídicas na cidade de Campina Grande, mais especificamente no mandato do prefeito Vergniaud Borborema Wanderley entre os anos de 1935 até o ano de 1945, no qual a historiografia aponta uma grande transformação urbanística, porém esta transformação entra em análise neste escrito para compreender os processos disciplinares implementados pela gestão municipal com o discurso da modernização e como parte da população recebe esses mecanismos para subverter a ordem, utilizando-se assim de processos antidisciplinares.

Para além do discurso da civilização, de progresso, observa-se em torno das políticas de transformações urbanas um espaço reservado para a questão médica, que desde o período de transição do Império para a República⁵ entra como ordem nos projetos de poder desde o mais baixo até o alto escalão de governo, esses projetos tratam as pessoas como doentes, principalmente pessoas que não estavam dentro do projeto de embelezamento da população tarjando personagens a margem do projeto civilizatório como doentes, normais e anormais, ou melhor, higiênicos e anti-higiênicos.

4 (CERTEAU, 1998).

5 Sobre as questões médicas e higiênicas nas transformações urbanas, conferir; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril Cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2º edição. Editora Companhia das letras, São Paulo/SP, 2017.

Esse princípio vai ser levados para as cidades, pensando a rua como um corpo, que, estes estando doentes precisam serem “curadas”. Surgiu então, a clara analogia entre esses projetos higiênicos presentes na segunda metade do século XIX, a julgar que esses projetos de “cura” das cidades e ruas anti-higiênicas no final do século XIX e a reforma urbana em Campina Grande em 1935, ambas⁶ estavam baseadas em ideias que tinham como seus defensores intelectuais, homens de pensamento, que utilizavam o poder da caneta para difundir e defender suas ideias.

Não bastava nesse novo momento por qual passava a cidade e suas transformações físicas a mudança apenas na linha estrutural, era necessário também disciplinar o povo, disciplinar a cidade e sua população. Pensando o espaço de transformações urbanísticas na cidade como cenário, o discursos da necessidade de civilização e modernidade vão ser fortemente defendidos pelo poder municipal, instituindo assim uma disciplina social, com isso, um dos mecanismos para esse controle social será a própria institucionalidade, o poder da lei, através dos códigos de posturas e de decretos que proibiam certos comportamentos da população pois os consideravam incivilizados e não condizentes com o novo cenário por qual passava a cidade.

Para a realização desse trabalho, nos ancoramos em fontes e leituras historiográficas sobre as cidades, a exemplo de Simas (2015), Ribeiro (2002), Pesavento (2007), Gonçalves (2002), Como também as chamadas leituras clássicas sobre a cidade de Campina Grande referente a Câmara (2006)⁷, Filho (2009), Aranha (2006), Sousa (2006). Além de trabalhos metodológicos de se pensar a história nos exemplos de Chartier (2002) e Certeau (1998). Utilizamos também os trabalhos de Foucault (2010) nos estudos da disciplinarização. As fontes utilizadas resumem-se nos periódicos *A Batalha* e *O Rebate (1932 a 1935)*, decretos de ordem legislativa e executiva além de petições impetradas por parte da população a gestão municipal durante os anos de 1935 a 1945.

Para fins de organização e orientação de nossos leitores, nesta introdução, ainda convém esclarecer como se estrutura esta pesquisa, traçando o caminho para se chegar a problemática apresentada: No primeiro capítulo intitulado: “Entre o escrito e o vivido, representações e práticas na historiografia das cidades”, discutiremos a cidade como objeto,

6 Sobre a influência de intelectuais em projetos higiênicos, conferir: Azevedo. Ana. C. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**” Rio de Janeiro: Paz e Terra, v 6, 1987. A despeito da influência de intelectuais na reforma urbana de Campina Grande, conferir segundo capítulo desta pesquisa.

7 Edição da obra.

sendo possível suas problematizações no campo cultural, analisaremos uma bibliografia sobre as cidades, a forma que estas são vistas além de como a cidade de Campina Grande é retratada na historiografia paraibana.

No segundo capítulo intitulado; O antes da reforma, disputas representativas; os casos dos jornais *a batalha* e *o rebate* em campina grande (1930-1935), debateremos as representações presentes em dois periódicos da cidade, destacando o embate entre os jornalísticos *A Batalha* e *O Rebate* por qual seria o melhor projeto urbano para ser implantado na cidade.

Por fim, são trazidas as considerações em que retomamos nossa problemática, bem como nosso objetivo de investigação através do capítulo “Campina Grande como cidade Disciplinar” destacando os mecanismos jurídicos como meio de disciplinarizações utilizadas no período de modernização de Campina Grande entre os anos de 1935 a 1945, observando como esses mecanismos são em certa medida usados por parte de seus habitantes para subverter o ordenamento institucional, em um processo de apropriação para defender os seus interesses em um cenário de intensas transformações e adversidades.

CAPÍTULO I – ENTRE O ESCRITO E O VIVIDO, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS NA HISTORIOGRAFIA DAS CIDADES

Pensada como tradução de uma dada experiência vivida, a narrativa histórica deve nos ensinar mais a viver. Como aprendizagem, deve ser devolvida a vida enquanto experiência adquirida com o tempo, com as leituras que fazemos do tempo.

Iordan Queiroz Gomes

Vem se percebendo ao longo dos anos, um aumento nos estudos que tem a cidade como objeto, com destaque para suas formações, as relações sociais, as transformações urbanas ao longo do tempo, além da forma como modelos de um determinado lugar são utilizados em diferentes espaços a exemplo das transformações ocorridas em cidades brasileiras na década de 1910 inspirada no modelo “moderno” europeu. A cidade também é estudada do ponto de vista da disputa social, espaço de resistência, a luta diária pela sobrevivência física no qual percebe-se os atores sociais como protagonistas de suas ações, encontrando estratégias⁸ para viver em ambientes muitas vezes insólitos.

Portanto, as transformações ocorridas nas cidades com o intuito de “modernidade”, são a rigor representações de imposição, exercício de uma ação deliberada a encontro de corpos imagináveis, no qual o ataque a corpos não é apenas físico, porém também simbólico. O corpo na visão do ocidente Judaico/Cristão é uma fonte potencial de pecado, o que faz com que uma das problematizações que intrigam essa pesquisa é como a interferência no corpo dão molde a essa transformação urbana, e especificamente como os códigos de postura, os decretos municipais e outras técnicas jurídicas são usados na prática desse processo, no sentido específico este escrito busca entender como essas técnicas são usados na interferência do corpo, pensar o corpo para se pensar a cidade.

Discutir como uma transformação urbanística em uma cidade do interior do Nordeste, longe dos holofotes das grandes capitais, dos centros urbanos, do poder do capital traz desafios inerentes a qualquer pesquisa histórica/historiográfica. Quando se busca trazer ao debate uma narrativa que apresenta um olhar sobre transformação urbana, não como foco a

8 (CERTEAU, 1998, p.46).

construção de grandes empreendimentos, mas as disputas no campo político/jurídico, torna-se uma tarefa árdua ao mesmo tempo que instigante.

Toda mudança causa medo, desconfiança e apreensão, a história (o vivido) tem como uma de suas características a mudança, a interrupção, a quebra do círculo. Pensando no tempo vivido que esta pesquisa busca compreender, imaginamos um cidadão campinense em meados dos anos de 1930 de vida simples, que trabalhava cerca de 10 horas⁹ por dia em um armazém de algodão da cidade ou como um caixeiro no comércio, ou mesmo na nascente indústria campinense por exemplo, que não sabia de teorias higiênicas, não sabia propriamente o que era modernidade ou civilização, será que esse trabalhador percebe esse processo de modernização? podemos justificar ou balizar uma transformação urbana para o entendimento da interferência da vida desse habitante e do corpo?

Toda essa mudança, pensando em uma política de transformação urbana tinha como discurso o moderno, o civilizado, o progresso, mas qual era esse progresso? Progresso para quem? Será civilidade destruir espaços de convivência de seus moradores mais simples? Obrigar moradores a retirar em suas casas em nome do progresso é algo civilizado? O que se percebe nesse processo, é que o cotidiano e as particularidades de seus moradores são desconsiderados em nome de um discurso modernizante, nos quais teorias são defendidas para o tão propagado e almejado progresso e civilidade da cidade que tinha “grande” até no nome.

Uma das características do homem é a sua tendência a simbologia, ela firma-se em atribuir valor a tudo que tenha um sentimento ou a lembrança de uma ação, portanto quando algo acontece ao seu redor o homem atribui valor e guarda a simbologia no seu consciente, logo que uma ação parecida acontece, o homem despertar esse sentimento guardado no seu consciente e a associação será imediata, portanto, os espaços que o homem tem ao seu redor são âncoras¹⁰ no qual lembranças ou sentimentos são depositados.

9 No ano de 1932 foi instituído a jornada de trabalho máxima de 8 horas diárias, porém, diante da informalidade que nos anos 1930 era muito acentuada, esse tempo em alguns casos duplicava.

10 Clara referência Pierre Nora, em seu estudo, o autor faz uma análise da memória em quanto objeto de estudo, e traz uma análise da necessidade de um ancoramento, na história o escrito, na memória, o lugar ou marco. Nora em seu texto fala em uma espécie de crise da memória, um dos motivos dessa crise seria a mediatização, em que levaria ao desmoronamento das chamadas sociedades de memória, essas sociedades de memória não conseguiam mais transmitir os valores que antes as caracterizavam, com essa perda do sentimento de memória por meio da imediatidade, se faz necessário algo para não deixar essas sociedades caírem no esquecimento, com isso surge a transmissão de valores e os registros por meio da escrita, dessa forma, o que antes era sociedade de memória, passam a ser sociedades de história. Portanto, os lugares seriam uma forma de ancoramento, onde se poderia recorrer sempre que despertasse o desejo de visitar a memória, nessa perspectiva, além de enfatizar que memória e história não são a mesma coisa, Nora constrói uma oposição a esse pensamento, no qual a memória em gênese seria a vivido, e que a história se basearia no que não existe mais, ou seja, a

Percorrendo a historiografia nacional, percebemos uma vasta literatura historiográfica que vislumbra as transformações urbanísticas ocorridas no país, principalmente a partir do início da República até meados dos anos 1930, verificamos nessas produções um discurso que visa o moderno, o civilizado e o belo, além de vários relatos que mostram como as populações eram literalmente “depositadas” em regiões suburbanas. Com os seus espaços atacados, destruído pelo poder constituinte e legal, a simbologia, a memória e as lembranças dessas populações, transformam-se em escombros, destruindo não apenas lembranças em espaços físicos, mas também as relações de sociabilidade, além das relações com o próprio espaço construído historicamente.

Pensar a cidade como um corpo em transformação, nos traz indagações sobre a própria constituição de espaços como cidade. Em um estudo clássico sobre urbanização, a historiadora francesa Françoise Choay faz o seguinte questionamento, “Mas urbanização é sinônimo de produção de cidade?” Choay (1999) em uma análise etimológica, os termos “urbanidade”, “política”, “polis”, como também “civilização”, “civitas” entre outras expressões que simbolizam comportamentos humanos em relação ao tempo e ao espaço, tem sua origem no termo “cidade”, causando assim uma verdadeira teia entre os termos.

Para a autora francesa, as mudanças nas cidades foram tão estruturais que a cidade corre o risco de desaparecer, dando espaço para uma nova versão baseada no urbanismo. Essa visão da autora, é analisada de acordo com a impossível separação do campo para com a cidade, fazendo essa assim dependente dos espaços rurais, o que em sua análise é mostrado a sua origem acompanhada da técnica que esta possibilita.

A dinâmica de redes técnicas tende a ser substituída assim como a estética dos locais construídos para condicionar mentalidades e comportamentos urbanos. Um sistema de referência física e mental, constituídos por redes materiais e imateriais assim como por objetos técnicos, e cuja manipulação coloca em jogo um estoque de imagens e de informações, ressoa em um circuito fechado sobre as relações que nossas sociedades sustentam com o espaço, o tempo e os homens. Este sistema operatório, válido e possível de ser desenvolvido em quaisquer lugares, tato na cidade quanto no campo, nos vilarejos ou nas periferias, poder ser chamado o URBANO.¹¹

Essa visão de Choay (1999) nos leva a uma percepção da cidade enquanto uniformidade. Com essas percepções, essa leitura nos leva a um questionamento; as reformas urbanas promovem a universalização do espaço como desejavam os seus idealizadores? Nossa

história é uma problemática sempre incompleta. A conferir: NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. v10 (1993), Tradução Yara Aun Khoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em ago. 2017.

11 (CHOAY, 1999, p.84).

visão para esta pesquisa difere um pouco da visão de uniformidade percebida nas entrelinhas do trabalho da historiadora francesa, pois uma das premissas desta pesquisa é que existem várias cidades dentro de um mesmo espaço, várias representações¹², podendo inclusive ser estudada através do corpo, ou como essa defesa do urbano o interfere. Para uma compreensão sobre as representatividades e efervescências culturais que uma cidade possui, faz-se necessário um estudo da cidade como objeto.

1.1 História na rua, percepções sobre a cidade nas letras

Percorrendo a historiografia que tem as cidades como elemento de estudo e mais precisamente as reformas urbanas, se observa uma constante menção a termos como; modernidade, modernismo, moderno ou mesmo modernização, causando assim em certos momentos uma dificuldade sobre a que fenômeno se refere. Mas afinal, o que é modernidade? O que é ser moderno? Indagações sobre esses termos são fundamentais em pesquisas sobre transformações urbanas estruturais, pois, os são utilizados frequentemente, sendo perceptíveis dúvidas presentes nesses termos e utilizações equivocadas, fato que pode ser explicado pois provem da mesma fonte etimológica, a exemplo de moderno e modernismo.

O termo “moderno” muitas vezes é usado como sinônimo de oposição ao velho. O que é relativizado pelo poeta Charles-Pierre Baudelaire, considerado pelos pares como o criador do termo “Modernité”, o crítico de arte traz ao debate uma reflexão¹³ sobre as grandes transformações urbanas atreladas a agitação, na sua reflexão, Baudelaire com um olhar mais atento, observa que a agitação das grandes metrópoles tira a individualidade do homem, algo natural nos versos de um poeta.

Esse solitário dotado de uma imaginação ativa, sempre viajando através do grande deserto de homens, tem um objetivo mais elevado do que a de um simples flaneur, um objetivo mais geral, diverso do prazer efêmero da circunstância. Ele busca essa algo, ao que se permitirá chamar de modernidade.¹⁴

Entende-se assim modernidade como a percepção de nova consciência, o que tem sua disseminação com a revolução técnico/industrial no século XVIII, passando posteriormente a novas formas estéticas serem associadas com o termo. Em relação ao “modernismo” o termo é comumente associado com percepções artísticas a exemplo da escultura, da música e em expressões que possibilitem novas sensibilidades, além de uma ruptura advinda de toda uma

12 No sentido desenvolvido por Chartier, em especial na discussão que aborda a história intelectual, Cf, CHARTIER, 2002, p.30.

13 Cf. BAUDELAIRE, Charles, **O Pintor da Vida moderna, O Belo, a Moda e a Felicidade**. Tradutor; Jérôme Dufilho. Compilador; Tomaz Tadeu. 2010.

14 (BAUDELAIRE, 2010, p.859).

tradição dos séculos XIX e XX, o termo no Brasil ganha espaços nas letras a partir semana de Arte Moderna em 1922¹⁵, o que de certa forma contribui para disseminação de teorias modernas urbanizadoras.¹⁶

Nesta pesquisa utilizaremos o termo “modernidade” para compreensão do desejo por parte dos representantes das letras campinenses e por parte de sua elite por uma grande reforma urbana, o que frequentemente era usado como justificativa para a necessidade de uma modernização, essas ideias na jovem Campina, representa o espelho do desejo de seus representantes por novidades ditas “modernas”, porém, em cidades de menor porte a exemplo de Campina Grande, as chamadas “percepções do moderno (novo)” ou modernidade são percebidos a rigor através de seus símbolos e sensibilidades.

Pensar em sua modernização, em seu “progresso” Campina Grande como cidade, percebe-se nos anos que antecedem 1935 discursos pela busca da modernidade, e os exemplos de outras cidades registrada as devidas proporções, vão servir de parâmetro para o modelo campinense, no caso específico em estudo uma de suas principais características é o período de sua realização, enquanto nas grandes cidades brasileiras as transformações urbanísticas ocorrem principalmente no início do século XX, Campina tem o seu período de mudança urbanística em meados dos anos 1930.

Uma das mais significativas reformas urbanas, a da cidade do Rio de Janeiro ocorre entre os anos de 1902 a 1906, portanto, Campina tem exemplos de mudanças urbanística como prontos, sendo assim, modelos a serem seguidos. Pensando na reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro, as ideias de progresso e modernidade estavam presentes desde a sua origem, e isso deve-se ao fato do personagem central na proposta fluminense; o prefeito Pereira Passos, dessa forma é impossível um estudo sobre transformações urbanas desconsiderando o caso carioca e o seu personagem central.

15 A Semana de Arte Moderna constitui-se em um evento ocorrido do Teatro Municipal de São Paulo entre os dias 11 de 18 de fevereiro de 1922. Entra para a história como sendo um marco na forma de se pensar a arte no Brasil, pois os seus expoentes a consideravam “atrasada” se comparado com as luzes europeias, artistas do mundo da pintura, poesia, música, literatura e escultura participaram do evento. Com conceitos considerados “polêmicos” A Semana de Arte Moderna sofre ferrenhas críticas por parte de artistas mais tradicionais como também de parte considerável da elite política. Independente da sua recepção e repercussão é inegável a nova forma de ser pensar o movimento artístico (a forma de fazer arte) e a ruptura com a forma até então vigente caracterizado pelo rigor acadêmico através da rigidez de escolas de artes até então estabelecidas. Como artistas referenciais destacam-se Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos entre outros. Para um estudo específico sobre a semana de Arte Moderna recomenda-se o trabalho expoente da historiadora crítica de arte Aracy A. Amaral. AMARAL, Aracy A. **ARTES PLÁSTICAS NA SEMANA DE 22** / Aracy A. Amaral. - Editora 34, São Paulo – SP 1998.

16 Há uma vasta e importante bibliografia historiográfica sobre os termos aqui apresentados, em especial sobre o modernismo e suas ações nas artes, com influência no debate sobre as transformações urbanas. O seu detalhamento torna-se inviável nessa pesquisa.

Entrando para a história como sendo o responsável pela grande transformação urbana que ocorre na Capital Federal no início do século XX, Francisco Pereira Passos, a “bota abaixo”, tem como inspiração pra o seu plano de urbanização. o modelo francês implantado na gestão do prefeito Georges-Eugène Haussmann nos anos de 1857 a 1870, gestão essa que tem como característica a grande transformação por qual foi implantada em Paris, sendo usada como modelo para outras praças ao redor do mundo, e o caso do Rio de Janeiro vai se adotar como referência a grande reformulação ocorrida naquele forte centro urbano europeu, inspirado do discurso das luzes, da modernidade, do embelezamento, a transformação parisiense tem como seu aporte a modernidade, entendida por seus entusiastas como cidade universal.

De acordo com PINHEIRO & FIALHO¹⁷, um jovem brasileiro cruza o atlântico em busca de sua formação profissional, Francisco Pereira Passos no ano de 1857 embarca em Paris estudando na França entre 1857 e 1860, portanto, viu de perto a grande transformação por qual passava Paris além de vislumbrar todo o debate o qual cercava a mudança estrutural por qual passava a cidade no propagado projeto de modernização. Esse retrospecto em torno da urbanização da capital federal, tem importância nessa pesquisa, pois, serve como modelo para diversas transformações urbanas por todo o país o que também ocorre em Campina Grande.

Pensando na historiografia que contempla a cidade como objeto, percebe-se com frequência estudos na esfera política, nesses estudos, os efeitos políticos de seus representantes são relacionados com aspectos sociais. De acordo com Ribeiro “com efeito, as elites olham assustadas para a cidade e identificam na sua suposta desordem a causa dos seus problemas sociais”¹⁸. De acordo com a leitura de Ribeiro, há uma preocupação não com os flagelos que a desordem urbana possui e seus impactos sociais, mas o modo como este atrapalha nas atividades econômicas.¹⁹

Estudando a cidade nos seus aspectos de globalização, Ribeiro (2002) questiona se é possível as grandes metrópoles serem mercadologicamente fortes e socialmente justas. Como resposta, o autor sugere que a institucionalização é o elemento primordial nesse processo, não resumindo-se ao aspecto espacial de segregação presentes principalmente nas grandes metrópoles, sugerindo que um forma de percepção para a cidade do futuro pode ser observado

17 Cf. PINHEIRO, M. C.; FIALHO, R. **Pereira Passos: vida e obra**. IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20060802, 2006.

18 (RIBEIRO, 2002, p.85).

19 Ibidem.

através da reação das populações mais pobres sobre a segregação presentes na cidade. Este aspecto de reação a classe política poder ser compreendido com o processo de modernização de Campina Grande²⁰, observando como os populares reagem a esses processos.

“Os chamados “discursos do patrimônio cultural”, presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimento político e ideológico de construção de identidades e memórias”.²¹ A passagem citada, mostra uma visão histórica de se pensar a cidade a partir de enunciados produzidos por homens de letras e de pensamento, esta visão é defendida por Gonçalves²² como fundamental para se entender as cidades.

Tendo como método de estudo um auxílio da linguagem, o referido autor nos mostra que para se entender a cidade como um campo que contempla disputas de discursos, as elites locais patrocinam a criação dessas vozes que em muitos casos são levados a “praça pública”.²³ Esse discurso “formal” entra em confronto com vozes de grupos que representam categorias sociais, no qual a ideologia tem papel central nesse processo.

Por ser pensada por uma gama de intelectuais, como falou Bresciani²⁴, é impossível trabalhar a cidade desconsiderando a interdisciplinaridade constitutiva desse campo de saber. Ao construir sua narrativa afirmando a necessidade da escrita da cidade em seu caráter múltiplo, não se pode deixar de lado as características presentes e tempos e espaços diferentes, suas contextualizações e as centralidades diversas presentes, o que se torna mais visceral adentrando ao contexto da cidade nos estudos culturais.

Um estudo sobre a convivência na cidade, as reformas urbanas, suas formações são estudadas por uma gama de profissionais de campos diferentes, a exemplo de geógrafos, historiadores, antropólogos, além de profissionais das ciências da natureza, essa forma múltipla de se escrever sobre a cidade faz com que Bresciani questione se esse tipo de produção pode gerar uma negação de “visões de mundo em conjunto?”²⁵, tornando-se assim campos de saberes “isolados”. A autora responde afirmando que pela complexidade do estudo

20 Capítulo III desta pesquisa.

21 (GONÇALVES, 2002, p.110).

22 Ibidem.

23 Ibidem.

24 (BRESCIANI, 2002, p.17).

25 (BRESCIANI, 2002, p.19).

das cidades, é essencial um estudo interdisciplinar, considerando realidades e contextos diferentes²⁶.

Entendendo a cidade como “reduto de uma nova sensibilidade”,²⁷ sua temática tem um grande espaço no campo na história cultural,²⁸ e um dos meios de maior reflexão histórica é justamente os estudos das cidades. Usando de todo o imaginário que a cidade proporciona ao longo do tempo vivido, Pesavento utiliza-se desse pressuposto para a escrita do seu texto, portanto, a cidade é perpassada na historiografia como “desejadas”²⁹ ou mesmo “temidas”.³⁰

O estudo das cidades como espaços de representações, é preciso de acordo com a leitura de Pesavento, encontrar as suas características que a definam, segundo a autora, é fundamental considerar “elementos comuns que distinguem uma cidade da outra”.³¹ No caso de Campina Grande, encontramos particularidades inclusive no seu processo de modernização, com sua realização tardia se comparados a outras cidades ou mesmo que seus efeitos iam de encontro com parte da dita “elite”, algo que não se verifica em outros processos urbanizadores ocorridos no Brasil.

No debate em torno do modo de pensar as realidades locais, Gomes³² ao escrever sobre a cidade paraibana de Aroeiras, mostra o método de estudo sobre as cidades que versa sobre essa diversidade cultural que estas representam ao modo como foi pensado por Pesavento. É perceptível nas linhas do trabalho de Gomes uma narrativa em aspectos sociais e culturais evidenciando o “imaginário” que os equipamentos e aparelhos modernos proporcionam nos moradores naquela cidade.

26 Ibidem.

27 Cf. PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Rev. Bras. História. Vol.27, Nº.53, São Paulo. Janeiro. /Junho2007.

28 A despeito da história cultural, Pesavento ao defini-la torna a sua fala uma das mais clássicas e recorrentes ao tratar esse campo, sendo leitura obrigatória nos estudos culturais, segue a passagem na íntegra; “Entendemos a história cultural não como uma “virada de mesa” com relação a pressupostos teórico-metodológicos, mas como uma nova abordagem, ou um novo olhar que se apoia sobre as análises já utilizadas, e, por sua vez avança dentro de um determinado enfoque. Neste sentido, a história cultural realmente vem se somar ao conhecimento acumulado, sem voltar as costas a uma matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 16, 1995.

29 (PESAVENTO, 2007, p.02).

30 Ibidem.

31 Ibidem.

32 Cf. GOMES, Iordan Queiroz. **SENSIBILIDADES E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AROEIRENSE ENTRE SONHOS, DESEJOS E PRÁTICAS (1920-1960)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2012.

“O seu ritmo de vida oscilante entre o rural e o urbano, não impediu que experimentasse o significado de determinadas mudanças nela ocorridas”.³³ A passagem citada mostra um contexto de recepção por parte dos moradores por esses símbolos do moderno, observando mudanças de comportamentos e como este desenvolver em torno de novos equipamentos cria/recria novos espaços de sociabilidade, a chegada e implantação da luz elétrica é rememorada nas linhas do trabalho de Gomes evidenciando como um processo de novidade do ponto de vista da população é posto a história no seu campo representativo, mesmo que esse processo seja sentido de forma diversa pelos moradores daquela pequena localidade.

No episódio local, conjuntamente percebe-se o advento de toda uma narrativa pelo embelezamento da cidade o que será mostrado mais adiante, enfatizando que os seus efeitos vão para além da transformação urbana/paisagística, porém, de início percebemos que a disputa pela cidade advêm desde sua fundação, com as intensas disputas políticas nas tramas da cidade, com isso se faz necessário entender que as disputas pelo poder entra a rigor com a disputa do velho contra o novo, a cidade contra o campo.

1.2 Entre o “velho” e o “novo”, os “alicerces” de uma reforma urbana.

Fundamental na história de Campina Grande, a obra “Os Alicerces de Campina Grande” de Epaminondas Câmara nos mostra que apesar de ser uma produção historiográfica simples³⁴, a obra apresenta a comuna com características de pequena vila do século XIX, características essas observadas na sua elevação de cidade no ano de 1864 sendo essa, descrita inclusive como comuna menor a algumas cidades vizinhas a exemplo de São João do Cariri.

Ainda nas leituras de Câmara, ver-se uma típica cidade do interior, recém-criada, com casas simples, ruas enlameadas e animais soltos por toda parte. Portanto, no cenário de sua formação, esse ambiente de início urbanizador que em Campina aparece os seus “alicerces”

33 (GOMES, 2012, p.87).

34 Do ponto de vista da Produção do texto historiográfico. Em uma análise mais rigorosa, observa-se na obra de Câmara uma imprecisão em relação ao método utilizado e o advento das fontes, tornado-se uma obra que versa em sua estrutura pela narrativa e por uma pesquisa de fonte oral. Na corrente historiográfica atual há um método técnico e preciso sobre a fonte oral, o que não a como afirmar que métodos que visem a busca rigorosa pela verossimilhança com o vivido foram observados por Câmara. Apesar dessas observações é inegável a importância da obra de Câmara para a compreensão do desenrolar do tempo vivido em Campina Grande nos primórdios de sua criação como também o seu caráter referencial de obra historiográfica no campo da produção campinense e paraibana sabemos que para a produção historiográfica é necessário uma rigorosidade metódica e um aprofundado estudo das fontes, além de ser necessário seguir as regras peculiares desta produção científica, um padrão estabelecido pela academia, desta feita, mesmo que por ventura as produções de Epaminondas Câmara não estivesse dentro deste “enquadramento” não significa a perda da sua contribuição histórica, ainda mais se percebermos que a utilização metódica muda de acordo com novas proposições e novas abordagens em torno da escrita historiográfica.

de cidade em disputa, visto que se inicia uma rivalidade entre cidade e campo, mais especificamente os seus representantes políticos.

Como característica comum as cidades do interior nordestino, os fazendeiros, donos de grandes propriedades advindas dos tempos de desbravamentos, possuíam suas residências em fazendas distantes da vila emancipada. Durante os anos vindouros adentrando ao século XX, há vários discursos em torno das melhorias das vias urbanas, inclusive com discussões de limpeza das vias e a remoção dos animais o que será o mote para toda uma discussão de modernidade e de suas simbologias, o que torna mais acentuada propriamente por toda a primeira metade do século vindouro.³⁵

Observa-se nesse momento, uma disputa pelo poder que tem como característica uma constante disputa de grupos políticos, como fundamentos mais acentuados verifica-se as suas procedências de um grupo pertencente a zona rural, e outro pertencente a zona urbana, grupos que se constituíram após a emancipação da cidade. Os entusiastas do campo como lugar para se viver, defendiam a pureza que a natureza representa, isto posto, como a cidade emancipada é algo novo nos seus habitantes, cria-se uma rivalidade campo cidade que perduraria por todo o século XX:

O regime patriarcal, Campina, tinha apoio na casa grande da fazenda. A burguesia rural pontificava nucleando a política dos coronéis, unilateral e exclusivista. A vila abandonada pelos fazendeiros, com moradores pobres e alguns “antigos” pouco radicais, era, antes de 1860, um desprezível ponto de intercessão que, na opinião dos homens do campo, servia apenas para se comprar algumas bugigangas e se ouvir, vez por outra, os ofícios divinos.³⁶

Como elemento na vida cotidiana, o campo era componente essencial na constituição das grandes famílias, o campo como espaço de trabalho, a “rua” muitas vezes apenas como um local para dormida e descanso. Esse cenário de disputas políticas descritas por Câmara, contextualiza a origem de constantes disputas políticas em Campina Grande.

No contexto local, o discurso modernizador entra como sendo um norte para uma necessária compatibilidade com o que Campina Grande representava como centro comercial no interior do estado, motes esses afirmados com entusiasmo por representantes das letras campinenses, nesse Inter contexto, a leitura histórica em certas ocasiões não registra em sua forma prática, (o texto) o sentimento, a representação da mudança, a recepção das pessoas

35 As reclamações ao estado das vias públicas são recorrentes durante a primeira metade do século XX, parte dessas reclamações e apelos por melhoria podem ser conferidas no segundo capítulo desta pesquisa.

36 (CÂMARA, 2006. p.79).

pelas mudanças, em especial o povo mais simples, e uma das reflexões importantes sobre esse aspecto da modernidade a nível local é a narrativa desenvolvida por Filho.

Partindo para a cidade de Campina Grande como objeto, e esse constante embate do “Velho” contra o “Novo”, especificamente seu processo de modernização entre 1935 a 1945, Filho (2009) nos mostra que para se ter uma leitura sobre esse período, é preciso observar que nesse processo Campina Grande seguia a ritmos lentos, o que gera confronto com o padrão europeu de modernidade em espaço de aceleração e individualidades, olhando o dia a dia apontado por Filho³⁷, o autor aponta que segundo o projeto municipal, era importante tirar os pobres da rua o que durante os 10 anos de reformas urbanas, era facilitado pelo poder do estado.

“Campina Grande estava sendo elevada a condição de rainha da Borborema nos discursos cuidadosos e eufóricos de sua elite [...]”³⁸, o que se observa, é que a modernização de Campina Grande era um amplo projeto que tinha como um de suas aliadas as elites campinenses, as representações vinculadas nos periódicos, nos revela esse sentimento observado por Filho, quando verificamos uma constante e eufórica propaganda das reformas presentes nesses jornalísticos.

Sobre a contextualização da constituição de Campina Grande como cidade, Costa (2016) nos mostra a importância de estuar as sensibilidades tendo como plano de fundo as imensas efervescências econômicas ao longo do século XX, apresentando em sua obra os ditos “ciclos econômicos”³⁹ sendo eles, “o ciclo das feiras (comércio), o ciclo do algodão e o ciclo industrial”.⁴⁰ Ao estudar a criação e desenvolvimento do maior São João do Mundo, a referida autora mostra que entre os apresentados ciclos, o do algodão se destaca por sua pujança não apenas a nível local, porém contornos que atravessam as fronteiras do atlântico, tornando-se Campina Grande a segunda cidade produtora de algodão do mundo, só perdendo para a inglesa Liverpool⁴¹.

37 O olhar demonstrado por Filho sobre a cidade nos faz refletir sobre a própria noção da narrativa história desenvolvida por Chartier, principalmente para se entender o cotidiano. Sobre a Simbologia da engatinhante percepção do moderno e do debate em torno desses discursos modernizantes, Filho mostra que a modernidade e suas atribuições práticas vão para além de mudanças estruturais, para além das grandes obras pois é mostrado pelo autor e enfatizado em seu detalhado texto que o cidadão simples percebia essas mudanças mesmo que desconhecendo o debate intelectual em torno das mudanças e adventos de símbolos modernos, uma percepção que a rigor tinha como predominância o cotidiano.

38 (FILHO, 2009).

39 (COSTA, 2016. p.29).

40 Ibidem.

41 (COSTA, 2016. p.32).

Esse intenso comércio de algodão fez com que a cidade aumentasse sua população, conseqüentemente, acompanhado de um crescimento da cidade a exemplo de construções de casas e prédios. Este contexto nos serve nessa pesquisa pois apresenta um dos vetores do crescimento econômico de Campina Grande, e como é vertente nesses episódios, o fomento da economia veio acompanhado de uma louvação a cidade do interior da Paraíba que era a segunda do mundo em produção de uma matéria prima considerada “nobre” a época. Portanto, a cidade precisava se adaptar a essa “grandeza” apresentada, precisando modernizar-se.

Se tratando do debate em torno da percepção das transformações e inovações tecnológicas, esses “símbolos modernos” são importantes nas leituras sobre a busca pela modernização, pelo civilizado, e uma das importantes contribuições para a corrente historiográfica que se debruça em torno da temática das cidades é trazida pelo historiador paraibano Gervácio Batista Aranha.⁴²

Em seus escritos, Aranha⁴³ versa sobre a chegada do “moderno” na Paraíba debruçando-se sobre o que é ser moderno, e que o termo é relativizado por Aranha (2005) quando este afirma o equívoco de analisar a modernização das cidades apenas pelo ritmo acelerado que possuem, ainda mais se compararmos com cidades europeias como Paris e Londres a realidade paraibana, considerando a impossibilidade de análise através do ritmo frenético, esse ponto é fundamental na obra de Aranha quando este categoricamente apresenta as referidas prerrogativas

Considerar que a ideia de modernidade, no espaço regional em apreço, se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu rush característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, a exemplo das que remetem a ideia de conforto e/ou rapidez e que passam ao imaginário como signos modernos por excelência. Cidade que se quer civilizada ou que estaria a civilizar-se deveria contar ao menos com um desses signos.⁴⁴

42 Cf. ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa - PB: Ideia, 2003, v. único, p. 79-132.

43 É impossível citar a obra de Aranha desconsiderando o seu trabalho sobre a chegada do Trem a Campina Grande. Como elemento característico desses sinais modernos ou pequenas amostras de modernidade o trem e sua chegada entra na história de Campina Grande e em sua conseqüente historiografia como seu elemento mais representativo, esse episódio da chegada do trem em 02 de outubro de 1907 entra como leitura clássica para estudar o período e suas representações pois a obra historiografia de Aranha serve de base para todo um pensamento em torno de como pensar o moderno e a modernidade, de como analisar os processos de mudanças estruturais pois há uma tradição no conceito de progresso de analisar a estruturas anteriores como inferiores, ou seja, o que não é moderno é ultrapassado. Na leitura de Aranha há uma técnica de pesquisa e entendimento de transformação que não se resume a comparação, com apresentadas prerrogativas observa-se que essa impossibilidade de comparação se deve ao erro de equivalência de fenômenos iguais em contextos diferentes, e ao analisar o período de primeiros sinais da busca pela modernidade Aranha deixa alguns apontamentos que são importantes em todo debate que coloque a mesa a temática das transformações, sendo estas urbanas ou não.

44 (ARANHA, 2005, p.87).

Ainda na tradição histórica local sobre a reforma urbana, uma das menções fundamentais para a compreensão desse cenário de modernização é a discussão abordada por Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa. O referido autor, mostra no já mencionado cenário da modernização, um olhar sobre os confrontos no que tange o mundo do trabalho, os moradores de Campina Grande nas décadas de 20 e 40 do século passado, mostrando como viviam, suas relações de trabalho, adentrando na vida privada da cidade que naturalmente culmina com verdadeiras “disputas”.

A análise destes aspectos da vida dos moradores de Campina Grande levou-nos a problematizar também os trabalhos que superestima a dimensão disciplinar, que teria marcado o advento da sociedade burguesa moderna nas cidades brasileiras, pois mais do que a universalização dos chamados valores modernos, encontramos tensões múltiplas percepções e leituras em torno da sua institucionalização.⁴⁵

Nas palavras de Sousa, percebemos que a advento das reformas urbanas adentra em verdadeiras “tensões” numa disputa constante pelo espaço, os ataques que uma reforma faz vem acompanhado de uma resposta, e uma ação de força contrária. As forças disciplinares e os valores modernos não se sensibilizam as realidades locais.⁴⁶

Pensando a cidade como sendo um espaço de efervescia cultural, esta pode ser estudada no seu aspecto disciplinar, segundo Silva⁴⁷ “a cidade é um espaço com diversos lugares que podem simbolizar o pensamento de um tempo e de uma sociedade”⁴⁸. Estudando a cidade de Campina Grande no seu sentido disciplinar e a modernização e criação de grupos escolares no período de modernização, Silva (2011) mostra como esse cenário de intensas mudanças e reverência a ideias de modernidade e civilização, são transpassadas para o sentido educacional.

Ao longo da escrita, a autora enfatiza uma narrativa que coloca a escola como sendo instituições de disciplinamento, além de mostrar que determinados jornais defendem as desapropriações durante o período de estudo com a justificativa da implantação do moderno, portanto, segundo a autora, a cidade que é um espaço de memória arranca de seus moradores mais humildes seu direito a memória e conseqüentemente a história.

“Quando dialogamos com a ideia de uma máquina disciplinar, é para mostrar como a conduta e os comportamentos dos desempregados, dos mendigos, dos velhos, dos doentes,

45 (SOUSA, 2006, p.14).

46 Ibidem.

47 Conferir, SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)** / Gabriela Bezerra de Medeiros. -- João Pessoa. 2011.

48 (SILVA, 2011, p.3).

enfim, dos pobres estão associadas a essa rede disciplinar” (CALDAS, 2008, p.17). O que percebemos através da fala de caldas⁴⁹ ao analisar o instituto de Asylo de Mendicidade Deus e Caridade São Vicente de Paulo é toda uma rede de disciplinamento imposta nos anos de modernização da cidade.

Ao analisar a construção da instituição, Caldas (2008) mostra toda uma rede de representações⁵⁰ presentes nos periódicos da cidade, com parte de sua elite fazendo duras críticas aos ditos “indigentes” presentes nas vias públicas. Com a emergência da modernização, não seria suficiente uma reforma urbana, também necessário seria uma limpeza urbana ou como é mencionado pela autora de acordo com o pensamento da elite “o lugar dos pobres deve ser naturalmente a margem da sociedade”.⁵¹ Com representantes na imprensa, percebe-se na obra da autora a influência que os periódicos tinham na vida política da cidade e se falando de imprensa, está tem papel importante na leitura desta pesquisa, como veremos no capítulo seguinte.

49 Cf. CALDAS, Ramida Kenia bondade de. **Espaços Despejantes corpos indesejados imagens cartográficas do Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo em Campina Grande 1935 – 1945**. Trabalho de conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, centro de Educação, 2008.

50 Termo não usado pela autora, em seu trabalho a um claro método de análise discursiva.

51 (CALDAS, 2008, p.17).

PÍTULO II – O ANTES DA REFORMA, DISPUTAS REPRESENTATIVAS; OS CASOS DOS JORNAIS *A BATALHA* E *O REBATE* EM CAMPINA GRANDE (1930-1935)

Então, essa coisa de historiador é, para mim, um ofício com toda a sua complexidade envolvida, e sempre nessa ótica da responsabilidade, essa dimensão cidadã, libertária, que é constitutiva do ofício, sem a qual ele não tem nenhum sentido.

István Jancsó

Com a constatação da bibliografia historiográfica sobre a transformação urbana de Campina Grande mostrada no capítulo anterior, para a realização dessa pesquisa, deparamo-nos com o seguinte questionamento; o que ocorreu no período anterior a esse imenso processo de mudança urbana? Para responder esse questionamento, recorreremos a uma pesquisa empírica nos periódicos anterior a 1935. Como estratégia de produção do trabalho, uma intensa pesquisa em periódicos foi realizada tendo como recorte temporal os 5 anos anteriores ao processo de modernização, sendo feitas análises entre 1930 a 1935 para se ter uma compreensão dos debates presentes na imprensa campinense no período em estudo.

O que foi observado versa sobre uma unanimidade para a realização da reforma urbana por parte dos periódicos em análise, destacando-se dois; *O Rebate* e *A Batalha*, sendo esses periódicos alinhados a dois grupos políticos que revezavam-se constantemente nos cargos públicos municipais. Na leitura dos jornais, observa-se uma cobrança por melhorias na cidade e suas vias públicas por ambas linhas editoriais, porém, com ataques ao grupo rival causando assim uma verdadeira disputa para o cargo de prefeito e conseqüentemente a realização da reforma urbana que era consensual. Com esses pressupostos nos indagamos, será possível uma narrativa histórica tendo periódicos como fonte?

Produzir uma leitura historiográfica tendo como um dos seus elementos o advento de periódicos só é possível graças a novas abordagens metodológicas adquiridas através de pensamentos que possibilitaram um questionamento na forma da produção historiográfica no

século XX, para entendimento desse processo e possibilitando uma leitura com a discussão presente nesse campo, se faz necessário uma ponderação em torno da construção histórica.

No decorrer do século XIX, a história tinha como uma de suas pretensões o desejo de se consolidar como uma ciência absoluta, para esse objetivo recorria aos métodos técnicos das ciências Naturais. A formulação historiográfica estava ligada à concepção dos documentos escritos oficiais, cabendo ao historiador a formulação crítica documental, colocando esses como “verdadeiros” ou “falsos”. Esse modelo buscava colocar o historiador em uma posição de “neutralidade”, sobre isso José Carlos Reis nos mostra,

Acreditavam os ditos “positivistas”, parece, que isso era possível. Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador, para eles, narra fatos realmente acontecidos e tal como eles passaram.⁵²

Com esse modelo de produção histórica, as produções desenvolvidas com textos escritos tornam-se consagrados, o que os coloca como forma prioritária de expressão. Os textos não-verbais – a pintura, a música, os trabalhos de esculturas e todas os mecanismos que fujam do documento oficial – configuram-se como representantes de um contexto artístico e social, colocados em um campo secundário, tornando-se apêndice e complemento das páginas. O advento de fontes não oficiais e de metodologias alternativas para a própria construção do conteúdo historiográfico surge a partir dos anos 1930 com o advento da escola dos Annales.⁵³

Pensando na forma erudita de produção historiográfica, essa abordagem visa mostrar que a construção do saber historiográfico estava baseada dentro das técnicas de produção do saber técnico positivista, ou seja, a produção que para os acadêmicos pertencentes a tradição alemã se enquadrava dentro do seu padrão historiográfico – história como ciência – o que não significa que a produção não pertencente a esse “enquadramento” não seja de fundamental importância para a construção histórica, visto que durante o período que vigorava o método positivista existiam correntes que tinham em sua estrutura, fundamentação teórica em oposição ao positivismo, principalmente em relação a incorporação da filosofia da história.

Essas ponderações em torno da produção histórica nos servem neste estudo, pois em sua metodologia, utiliza-se de todo um cabedal de fragmentos provenientes de periódicos,

52 (REIS, 2006, p.18).

53 A escola dos Annales constitui-se em um movimento historiográfico. Recebe o nome “Annales” por ter surgido através do periódico francês *Revue des Annales*, sua característica era a incorporação de métodos das ciências sociais a história. Ela se dividia em quatro fases: a primeira liderada por Marc Bloch e Lucien Fabvre; a segunda geração tem como expoente Fernand Braudel; terceira geração vários historiadores tornam-se diretores; quarta geração a partir de 1989.

utilizando-se de métodos que a escola do Annales inaugura para essas fontes ditas “não oficiais”.

Este capítulo não tem a pretensão de versar sobre a reforma urbana que a historiografia consagra aos anos de 1935 a 1945 especificamente, porém mostrar o período anterior a esse processo, como a cidade se prepara para o projeto urbanizador através das guerras de narrativas que são presentes nos jornais⁵⁴ fazendo-se assim uma verdadeira disputa pela palavra e suas representações.

2.1 Campina, Cidade dos Monstros?⁵⁵

Antes de adentrarmos propriamente nos estudos dos periódicos, é preciso levarmos a contextualização da efervescência política presente em Campina Grande, para isso, recorreremos a Câmara⁵⁶ sobre a ligação política entre os periódicos em análise e a origem desses grupos políticos. Esse movimento serve para uma maior clareza no entendimento sobre os debates em torno do processo de modernização e seus desdobramentos. Em primeiro lugar, assim como mencionado no capítulo primeiro, Campina Grande enquanto cidade constitui-se a partir de dois grupos políticos, um proveniente do campo e outro tendo seus representantes na cidade, causando assim o início de uma rivalidade, uma polarização.

Em uma análise política, os sobrenomes revelam mais que os próprios personagens, o que torna-se um descortinamento na análise sobre as disputas históricas da cidade desde a sua fundação, com a constituição desses dois polos. O grupo que tinha proveniência o mato tinha como fundador ou representantes máximos os nomes de Bento Viana, Augustinho Porto e Baltazar Luna, nomes que foram os responsáveis pela criação do partido ou grupo que ficou conhecido como liberais. Por outro lado, o grupo urbano tinha como fundadores as figuras

54 Como metodologia, foi usado nesse campo os procedimentos próprios para a leitura histórica de acordo com esse tipo de fonte, observando suas particularidades na feitura de suas intencionalidades no momento em que foram produzidas. O historiador que se propõe a produzir seu texto como tendo em suas fontes o advento do uso jornalístico, precisa observar os interesses presentes, o que está escrito nele muitas vezes burlam uma análise mais apurada dos fatos, por trás de uma reportagem em certos casos observa-se um jogo de intencionalidades, uma falta de criticidade, um posicionamento de acordo com uma condição social, influências de políticos e de governos, técnicas para burlar censura ou mesmo uma forma que identifique a busca por um público alvo. Como sugestão de leituras metodológicas para a escrita historiográfica através de periódicos, temos; LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. Como também; LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: Alcar 2015 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre.

55 Título de uma coluna publicada pelo jornal *A Batalha* em fevereiro de 1935, utilizada nesse tópico pois resume as vozes presentes no periódico que criticava as obras implementadas pelo Prefeito Pereira Diniz durante os anos de 1934/1935.

56 (CÂMARA, 2006. p.80).

políticas de Manoel Pereira de Araújo, João Antônio Vila Seca e José Gomes de Farias, sendo denominados de conservadores.

Constituído esses dois grupos, a polarização segue por todo o século XX, chegando inclusive com papel fundamental nos anos em que a discussão baseava-se em torno de reformas urbanas, os dois partidos dessa forma tem como seus representantes por parte dos liberais Irineo Jofily, Chateaubriand Bandeira de Melo, Lafayette Cavalcante, além de Arlindo Correa Da Silva, José Mariano Pessoa e Deocleciano Magalhães esses três últimos criadores de *A Batalha*, do lado dos liberais temos Cristiano Lauritzen, Pereira Diniz, Alexandrino Cavalcanti além de Luiz Gil de Figueiredo, Pedro D' Aragão e Eurípides de Oliveira esses três últimos criadores de *O Rebate*. Essa polarização torna-se importante nessa pesquisa no entendimento da disputa política em torno da reforma urbana.

Como um dos temas de maior destaque na historiografia de Campina Grande, a modernização de suas ruas traz uma série de caminhos que podem ser utilizadas para ser compreendida no seu sentido empírico, fato que pode ser explicado por sua gama de registros que está nos deixou. Uma das alternativas é um olhar do ponto de vista da já mencionada efervescência política do período. Destacando a data de 21 de fevereiro de 1935, o jornal *A Batalha* traz uma coluna sugestiva que ilustra bem essa clara disputa representativa. “Campina, Cidade dos Monstros?”

A nossa bela e grande cidade, dia a dia, se enche de monstruosidades. Na praça do rosário encontram-se os correios e telegrafos; na praça Cel. Antonio Pessoa, um poço artesiano, servindo de cloaca; no oitão da luz, uma fortaleza, a que chamam de mequitorio publico; e Sansão ainda acha pouco as obstruções de nossas praças, cedeu a firma Otoni & e Cia., o largo da luz, para a construção de mais um entulho.⁵⁷

Percebemos com a seguinte citação uma insatisfação por parte do jornalístico com os rumos da cidade e suas obras implementadas pelo prefeito, sendo descritas como verdadeiras “monstruosidades”. O título da coluna ainda nos causa uma certa dúvida: seria esse questionamento apontado pelo periódico como “Campina, cidade dos monstros?” uma referência ao prefeito Diniz⁵⁸ o chamando de mostro? Ainda observamos uma menção ao prefeito com o epíteto de “Sansão”, comportamento que torna-se corriqueiro nas linhas do referido jornal.

57 (A *Batalha*, Campina Grande, 1935, p.03).

58 Antônio Pereira Diniz, paraibano da cidade de Alagoa Nova. Foi prefeito de Campina Grande entre 27 de junho de 1934 a 12 de setembro de 1935.

Na gestão de Diniz, observa-se um engatinhante processo de modernização, porém apesar que essa necessidade de modernização ser uma unanimidade nas publicações feitas nos periódicos, sendo inclusive cobrada pelos jornalistas, os processos modernizadores implementados por Diniz continuam a sofrer severas críticas por parte do jornal *A Batalha* e seus redatores,

De passagem pelo largo da cadeia, notamos mais um entulho, (de forma de curral), que está sendo construído na calçada do Cine Capitoloio. Ignoramos, como aquela empresa, apossando-se daquele terreno, pertencente ao patrimônio público e o sr. Prefeito, consista na posse e na construção, de mais um monstrengo, onde irá ser futuramente uma praça. Censuramos há dias, a mal locação da reta lateral, da igreja do Rosario: a princípio pensamos que fosse efeito da conhecida incompetência do Diretor de Obras Públicas, mas agora vemos, que o alinhamento, foi desviado intencionalmente, para satisfazer a Empresa Exibidora de Films S. A. Sr. Diretor: fique sabendo que não “há bem que dure nem mal que não se acabe”, por isso teremos que nos conformar, na certeza de que, no dia em que ingressar a Prefeitura um governo, que saiba o que é o bem e o mal, V. S deixara o cargo que merecidamente ocupa, por competente.⁵⁹

Na parte final da referida coluna, observa-se que o assinante da matéria dirige a seguinte frase; “fique sabendo que não há bem que dure nem mal que não se acabe, por isso teremos que nos conformar, na certeza de que, no dia em que ingressar a Prefeitura um governo, que saiba o que é o bem e o mal, V. S deixará o cargo”. Percebemos por parte de *A Batalha* que não há a preocupação de esconder seu lado político de oposição a gestão municipal, desejando que estes se retirem da prefeitura.

Com esses pressupostos, percebemos que traçar um relato de acordo com o que os fragmentos jornalísticos nos mostra, é adentrar na própria constituição e efervescência política da cidade no período em análise, no caso os meados das décadas de 1930 e 1940, dessa forma ha uma forte relação de representantes políticos nos jornalísticos citados, no caso *o Rebate*⁶⁰ e *a Batalha*⁶¹ logo, a disputa vai para além do “mercado” campinense para expansão do cabedal de seus leitores. Evidencia-se que para compreender essa disputa jornalística é imprescindível um entendimento da constituição política da cidade demonstrando os confrontos entre grupos que historicamente revezavam-se no poder, em um constante espaço de disputa no qual os jornalísticos citados são uma das representações desse conflito.

Entrando no contexto histórico campinense no ano de 1935, observa-se os dois grupos políticos que polarizavam as disputas da cidade, um representado pelo prefeito Pereira Diniz

59 (A *Batalha*, Campina Grande, 1935, p.03).

60 O jornal *O Rebate* tem como seus criadores e chefes editoriais, Luiz Gil de Figueiredo, Pedro D’Aragão e Eurípides de Oliveira.

61 O periódico *A Batalha* tem como seus fundadores; Arlindo Corrêa Da Silva, José Mariano Pessoa, Deocleciano Magalhães, Roque Alves dos Santos e José Braz.

pertencente aos conservadores e outro simbolizado no nome de Argemiro de Figueiredo pertencente aos liberais, essas premissas são importantes nesta pesquisa, pois os editores dos periódicos mencionados nesse campo pertenciam a essa polarização política. O periódico *A Batalha* era formado por simpatizantes e representantes dos liberais, e *O Rebate* continha em seus quadros membros do grupo dos conservadores.

Para uma análise sobre multiplicidades de discursos presentes nos periódicos, ou mesmo sobre o debate em torno das letras entre os anos de 1934 e 1935 e a consequente disputas por projetos modernos, se faz necessário recorrermos a um trabalho pioneiro que em suas entrelinhas versa sobre as disputas das letras em Campina Grande ao longo de 40 anos, a obra,⁶² de autoria do historiador campinense Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio.⁶³

Na respectiva obra, Gaudêncio versa sobre todo um contexto de encontro dos intelectuais campinenses, com convergências muitas vezes mostrando o seu lado boêmio com debates calorosos em bares e cafés, a história desses intelectuais nos folhetos impressos da cidade, destacando a pauta presente em torno do constante embate entre novo e velho, e como muitas vezes é mostrado, moderno contra o velho, colocações essas muitas vezes usadas por esses intelectuais de forma equivocada como mostrado no capítulo anterior. A obra desenvolvida por Gaudêncio é fundamental para um estudo sobre os periódicos em Campina Grande, o que de certa forma é objetivo neste capítulo, e para a compreensão de como estes eram constituídos, evidenciando as rivalidades histórica entre grupos políticos

Entendendo o debate público como uma constante disputa ideológica,⁶⁴ os embates nesse campo iniciam-se em Campina Grande precisamente no final dos anos 1920, segundo Gaudêncio “Já no final da década de 1920, os jornais já indicavam a intensificação dos

62 Um exemplo histórico que tem como característica a influência de intelectuais em políticas de estado diz respeito ao período da Primeira República, houve a época um projeto de estado que defendia o branqueamento da população, no qual tinha duas perspectivas; o branqueamento físico (cor da pele) e o branqueamento cultural (extinção de referências indígenas e afro-brasileiras como músicas, danças e outras representações simbólicas) projeto executado através da já citada no início desta pesquisa Lei de Vadiagem. Esse projeto era baseado em intelectuais que defendiam que para o Brasil constituir-se como nação plena, precisava-se branquear sua população, um desses intelectuais foi Sílvio Romero que defendia o casamento entre o negro e o branco, dessa forma como segundo ele o branco era superior, consequentemente sucumbiria os elementos não europeus, fato que pode ser percebido em sua “História da Literatura do Brasil” de 1888.

63 Conferir. GAUDÊNCIO, Rafael de Albuquerque. **Da Academia ao Bar: Círculos Intelectuais, Cultura impressa e Repercussões do Modernismo em Campina Grande – PB (1913-1953)**. Campina Grande. Março/2012.

64 Em um artigo intitulado “A palavra impressa: uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de Campina Grande (1913-1953)” O historiador campinense faz uma breve alusão ao jornal *O Rebate* como tendo em um dos seus interesses o combate ao comunismo, e posteriormente traz *A Batalha* como sendo um folheto com ideais comunistas. Apesar de ser mais um fator na disputa pelo discurso, esta pesquisa não se debruçou em análises nesse campo político, apesar de perceber nas folhas dos citados jornais elementos para tal passagem feita por Gaudêncio.

debates ideológicos e culturais que marcariam a década de 1930, principalmente no campo político”.⁶⁵ Mostrando assim o que seria uma constante nos anos vindouros de intensa efervescência política partidária com disputas de cargos eletivos e de cadeiras nas administrações a nível municipal e estadual.

2.2 As representações políticas em linhas editoriais, será a modernização um bem comum?

É impossível traçar um relato sobre a reforma urbana da cidade desconsiderando as suas disputas no campo representativo e de ataque, seja ao grupo político rival, ou mesmo ao periódico que representa esses ditos grupos, portanto quando o jornalístico *O Rebate* faz crítica ao rival *A Batalha*, conseqüentemente a crítica se estende ao grupo político que este representa, e quando o jornalístico *A Batalha* contrapõe, considera-se também um contraponto ao grupo político rival. Dessa forma, torna-se inviável uma análise sobre essas disputas representativas desconsiderando esse aspecto de extensão da crítica.⁶⁶

Como exemplo das representações⁶⁷ pela busca da modernidade, observamos já na primeira publicação do jornal *O Rebate*, no seu ano de inauguração editorial um apelo pela modernização⁶⁸ de Campina Grande, que tinha como representação máxima das reivindicações uma reforma urbana paisagística, mostrando assim um dos pontos centrais na editoria do periódico recém-lançado, segue o texto escrito em sua primeira página no ano de inauguração

Campina Grande, segunda cidade do estado em população cada vês mais crescente ressen-te-se de importantes equipamentos, entre os quais um forno crematório. Não temos águas correntes, e o lixo depositado nas cercanias da cidade é conduzido pelas águas da chuva para os açudes de que se serve a população (...) Confiamos, que o governador da cidade já tenha em em mente problema de tal relevância.⁶⁹

Na reivindicação citada, observa-se um apelo por parte dos redatores do jornal ao governador, no qual verifica-se no discurso uma reverência a Campina Grande como sendo a segunda cidade do estado em população, aliás, esse reverencia a cidade como sendo uma cidade de grande importância no interior do Nordeste, é observado constantemente nas colunas presentes nos periódicos. Percebe-se na citação, que a cidade passava por problemas

65 (GAUDÊNCIO, 2014, p, 4)

66 A Expressão “extensão da crítica” entende-se como a vinculação *O Rebate*/Pereira Diniz, *A Batalha*/Argemiro de Figueiredo, portanto, quando um dos jornalísticos critica a folha concorrente conseqüentemente se critica o grupo político opositor.

67 (CHARTIER, 2002, p.17).

68 Na maioria dos casos o “apelo” a modernização não vinha nesses termos. Entendemos apelo a modernização as inúmeras cobranças por parte dos periódicos por reformas e melhorias na cidade, com denúncias as ruas tortas e pedidos por construções de equipamentos públicos.

69 (*O Rebate*, Campina Grande, 1932, p.1).

de ordem higiênica e mesmo a falta de equipamentos básicos para o seu funcionamento como, por exemplo, sistema de águas correntes.

Após três anos de sua inauguração, observa-se na capa de *o Rebate* na data de 9 de setembro de 1935 a foto de 10 personalidades políticas da cidade acompanhada com a seguinte legenda, “Campinenses! Os vossos candidatos são Estes!” o que chama a atenção na página do jornalístico é que ao centro em imagem destacável encontra-se a figura do candidato do Partido Progressista Vergniaud Wanderley, que viria tomar posse três meses depois como prefeito da cidade.

Observando o seu claro posicionamento político no contexto local, nessa mesma edição, os redatores de *o Rebate* fazem uma campanha clara para o partido progressista, em especial o bacharel Vergniaud Wanderley que no pleito de agosto de 1935 tornara-se vencedor. Para Tanto lançam uma nota mostrando o seu claro embate a candidatura de Lafayette Cavalcanti Correia de Melo, mostrando este como sendo o atraso que a cidade deveria livrar-se, apresentando o candidato progressista (Vergniaud Wanderley) como sendo “o fiador de grandeza e da prosperidade de nossa terra”, segue a nota

Campina Grande vivera hoje o seu momento supremo. As urnas estão abertas para receber de um povo esclarecido e livre os votos que decidirão dos seus destinos políticos. Defrontam-se hoje o passado e o presente da nossa terra numa pugna de vida ou morte. O passado, com o seu velho espírito de mandonismo, cem a sua vesga mentalidade de crê ou morre, com o seu incondicionalismo cego aos olygarehas e poderosos cabidos dos pedestais; o passado de que é um símbolo a candidatura de Lafayette, mobilizou as suas hostes para o assalto ao poder. Mas Campina Grande reagira decididamente, conscientemente, esmagadoramente. Não se pode revogar as leis sociológicas que regem os destinos de uma collectividade autônoma. Campina Grande não retrocederá na sua marcha ascendente e progressiva para o futuro. Não tera solução de continuidade a sua actual situação de comunidade independente, sobre os claros auspícios dos que a conduzem de mãos limpas e consciência tocada da mais pura noção do bem publico. (...) O Partido Progressista que indicou um dos filhos de Campina Grande para o governo do Estado, tem o direito de esperar do povo campinense a sulfragração dos seus candidatos que outra ambição não alimentam que dar a esta terra o que ella merece. Vergniaud Wanderley tem o espírito e o coração voltados para a sua terra natal. Elle ama Campina Grande. Elle será o fiador de grandeza e da prosperidade de nossa terra. Os candidatos a vereadores pelo partido que o levará a direcção da mais importante communa parahybana, são, como elle, expressões legitimas da grande alma campinense. As urnas confirmarão esta verdade irrefutável.⁷⁰

Analisando as entrelinhas do jornal *o Rebate*, observa-se uma clara oposição ao nome de “Lafayette”⁷¹ considerado a representação do “passado, com o seu velho espírito de

⁷⁰ (*O Rebate*, Campina Grande, 1935, p.03).

⁷¹ Lafayette Cavalcanti Correia de Melo. Prefeito de Campina Grande entre os anos de 1929 a 1932, Apesar de um nome político forte, tinha certa resistência tanto por parte do grupo ligado ao prefeito Pereira Diniz da Aliança Liberal (AL), como também ao grupo ligado ao nome de Argemiro de Figueiredo do Partido Republicano Conservador (PRC).

mandonismo” precisando, portanto, ser enfrentado. Nessa comunicação por parte do periódico, observa-se um jogo de poder, uma disputa, um rival, um adversário a ser vencido.

Observando os discursos nos periódicos, verifica-se que a pressão para que Campina Grande se molde com características de grande cidade, com estrutura de urbe moderna, é um dos ativos para a rivalidade entre os dois jornalísticos, o que torna-se uma extensão das disputas políticas históricas. Se voltarmos ao ano de 1934, nas folhas do jornal *A Batalha*, percebemos uma forte oposição ao até então prefeito da cidade Antônio Pereira Diniz e a seus secretários, em especial os que tinham em suas pastas serviços de obras e limpeza pública.

Inúmeras são as pessoas que teem sido mordidos por cachorros que perambulam pela cidade. A culpa cabe ao fiscal encarregado de reprimir semelhante abuso, pois, não está cumprindo com as determinações do seu cargo. O dr. Pereira Diniz, tome as providências precisas, por que não compreendemos que os empregos públicos seja sinecura dos políticos. As famílias estão alarmadas e os cães estão espalhados por toda parte ameaçando os transeuntes.⁷²

No exemplo citado, podemos perceber algo que torna-se constante nas páginas do jornalístico; uma contundente crítica ao prefeito Pereira Diniz, que torna-se alvo constante dos editores daquela folha, não por acaso, Diniz tinha historicamente um alinhamento político com o grupo pertencente aos redatores de *O Rebate*, o que torna ainda mais compreensível as taxativas críticas ao governo de Diniz, tornando-se personagem central na rivalidade entre os dois periódicos.

2.3 “Oh! Homem! Oh! Prefeito! Oh! Tirano!”, Uma Constante Batalha política

Tendo o biênio 1934-1935 como sendo o período central nessa disputa pela autoria da modernidade, com a representação da cidade na figura do prefeito, este cargo torna-se almejado por parte dos grupos políticos locais, desta forma *A Batalha* profere várias críticas aos rumos que a cidade seguia com a gestão do prefeito Antônio Pereira Diniz, em especial as condições de suas ruas e sua falta de higiene

Quando funcionava a sessão de instalação da sociedade “Pró-Reclusos” o venerando ancião Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, solicitou a palavra e pronunciou um longo discurso criticando da higiene desta terra e das autoridades responsáveis por essas medidas. A sua oração foi ouvida com todo carinho pelo culto auditorio que ali se achava, tendo todos os presentes aplaudido as dissertações científicas proferidas pelo grande mestre. Nós que fazemos esta gazeta sentimo-nos felizes em anotar este gesto que fala muito da educação do nosso povo.⁷³

Na passagem citada, observa-se além de uma crítica a gestão municipal, uma alusão ao discurso modernizador científico, com uma louvação ao Dr. Chateaubriand Bandeira de

72 (A *Batalha*, Campina Grande, 1934, p.02).

73 (A *Batalha*, Campina Grande, 1934, p.02).

Melo⁷⁴, histórico político da cidade, opositor ao grupo que detinha o poder na época, as reclamações sobre a higiene eram frequentes, nas folhas de *A Batalha*.

Observando os relatos, percebemos uma menção ao auditório que via a palestra de Melo como sendo “culto”, aliando essa informação com o relato que a palestra foi vista com “entusiasmo” e contra as autoridades, percebemos que se trata de um encontro de pessoas favoráveis ao grupo político de Argemiro de Figueiredo tutelado pelo jornal, o que torna-se mais evidente com a crítica a higiene. Esse aspecto higiênico era usado com frequência por parte do jornal para atacar a gestão municipal

Tem chegado a nossa redação diversas reclamações de moradores na rua João Pessoa e Monte Santo, pela falta de higiene que existe nos fundos da “Usina Pausterisadora de Leite”. Pois lá se encontram diversos porcos., alimentando-se de resíduos de Leite, que ao apodrecer exalam um mau cheiro a mais de 500 metros. (...)Para melhorar a precariedade de higiene da cidade, só haveria um meio, era a nomeação de um dos quatros medicos que nesta cidade tem os seus diplomas registrados na saude Publica do Estado, para o cargo de delegado de higiene, porque este tomaria mais interesse, pois também tem mais responsabilidade perante o povo e os poderes publicos. Ai fica o nosso protesto contra a falta de higiene, do curral de porcos da Usina Pausterisadora de Leite, e esperamos que o Sr. delegado de higiene, tome medidas urgente, do contrário voltaremos.⁷⁵

Com as críticas ao prefeito Diniz, em 17 de janeiro de 1935 *A Batalha* passa a fazer uma rotineira crítica ao gestor de forma pessoal, é apresentado um epíteto que seria recorrente nas folhas do periódico, o denominando vulgarmente de “Sansão”, “O sr Prefeito é um homem que quer os seus caprichos satisfeitos, (...) O Sansão da prefeitura não gosta de gargalhadas. Oh! Homem ! Oh ! Prefeito! Oh ! Tirano ! Tudo dele é rápido e no sério”.⁷⁶

Um ativo nas críticas ao governo municipal como elemento de oposição, *A Batalha* traz em seus editoriais como modelo a ser seguido a administração do governador Argemiro de Figueiredo, (que historicamente era ligado aos redatores do periódico), mostrando esse como um verdadeiro “contraste” ao “Sansão” da prefeitura

Quem leu a impressionante peça oratoria do atual governador do Estado. vê a posição vexatoria em que está colocado o existente Sansão da Prefeitura. O Dr. Argemiro de Figueiredo faz o congraçamento dos paraibanos, une-os, para mourejar pelo maior alevantamento da nossa posição economica e politica, prática, finalmente, uma politica edificante que está merecendo os encomios de toda a imprensa brasileira. No nosso municipio, no entretanto, dá-se o reverso da medalha. O dr. Pereira Diniz esquece o exemplo do mais alto administrador e procura semear a discordia entre os elementos de real superioridade politica e pessoal e que condenam

74 Nascido no vilarejo de Cabaceiras e radicado em Campina Grande, Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo torna-se bastante popular na cidade por seu atendimento aos pobres, na política se estabelece com um dos conselheiros do Partido Progressista de Campina Grande crítico a Gestão do Prefeito Pereira Diniz e das condições de higiene por qual passava Campina Grande na altura de 1935.

75 (*A Batalha*, Campina Grande, 1934, p.01).

76 Ibidem.

as suas hostilidades (...) Refrita, sr. Prefeito! E veja o contraste existente entre V. S. e o ilustre Dr Argemiro.⁷⁷

Observa-se na passagem citada, uma menção a Argemiro de Figueiredo com um homem que une os paraibanos para um “alevramento” da Paraíba no seu sentido econômico e político, em sequência, observa-se a gestão de Diniz e propriamente sua persona como alguém oposta ao “ilustre Dr. Argemiro”, sendo considerado como o “reverso da medalha”. Essas corriqueiras críticas nos revela *A Batalha* como sua posição política bem definida (Oposição a gestão de Diniz), o que se torna ainda mais compreensível se verificarmos que seus redatores são pertencentes ao partido progressista/PRC portanto, rival do prefeito.

Na já mencionada pressão por melhorias na cidade, uma das formas de se contrapor ao projeto dos políticos adversários era o desmerecimento de seus líderes, o que passa a ser bem mais sintomático nas disputas pelo moderno, e um das formas de perceber esse fenômeno é as trocas de “farpas” advindas das colunas dos jornalísticos, um episódio de confronto direto ocorre em fevereiro de 1935 quando *O REBATE* afirma que o governador Argemiro de Figueiredo decide pela permanência de Pereira Diniz a frente da prefeitura

Estamos devidamente autorizados a declarar que as forças políticas ponderáveis do município, segundo o desejo do exmo. dr. Argemiro de Figueiredo, resolveram a continuação do dr. Pereira Diniz a frente da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Não tem por conseguinte fundamento os boatos tendenciosos de seu afastamento da direção do município. Consoante a nota que publicamos hoje, continuara o dr. Pereira Diniz a frente da Prefeitura de Campina Grande. Imposição do dr. Argemiro de Figueiredo, é mais um ato luminoso etc.⁷⁸

Na passagem citada, observa-se por parte do periódico *O Rebate*, que a gestão municipal tinha sim um forte apoio estrutural ao contrário do que transparece nas linhas de *A Batalha* pois “as forças políticas ponderáveis do município, segundo o desejo do exmo. dr. Argemiro de Figueiredo, resolveram a continuação do dr. Pereira Diniz”. Seria essas forças ponderáveis todo um apoio por parte do partido progressista? Verifica-se também na passagem referida que os seus editores citam que há na cidade “boatos tendenciosos de seu afastamento da direção do município”, esses ditos “boatos” tem endereço; *A batalha*.

Como resposta, *A BATALHA* na data de 06 de fevereiro do mesmo ano se mostra surpresa com a nota publicada pela folha concorrente e solta a seguinte resposta no qual o seu título é simbólico na compreensão das teias políticas da época, a coluna acunhada “Pulverizando uma injúria assacada por certa folha local, contra o sr. Argemiro de Figueiredo.

77 (A *Batalha*, Campina Grande, 1935, p.03).

78 (O *Rebate*, Campina Grande, 1935, p.02).

REPTO DE HONRA” tenta desvincular o governador Argemiro de Figuerêdo com o prefeito Diniz, segue a nota

Na sua edição de 2 do corrente, O REBATE, folha intimamente ligada ao prefeito Diniz, publicou a seguinte nota: “xmo. dr. Argemiro de Figuerêdo, resolveram a continuação do dr. Pereira Diniz a frente da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Não tem por conseguinte fundamento os boatos tendenciosos de seu afastamento da direção do município” Campina Grande, a rumorosa cidade cujo espírito de independência constitui, por sem dúvida, uma glória imanente e tradicional de seu povo, não pode sopitar as demonstrações indisfarçáveis de sua surpresa, digamos mesmo, do seu atordoamento, em face dessa publicação incompreensível e estapafúrdia feita pelo jornalzinho da Cardoso Vieira. E de logo surgiram, inquisitorialmente, as interrogações: terá, porventura, fundamento essa nota? Estará, acaso, o dr. Argemiro de Figuerêdo no propósito de sufocar os estócos da consciência pública de sua terra, com uma imposição que seria, não um ato “luminoso” como afirma O REBATE, mas uma nodoa indelevel com que denegriria para sempre o seu auspicioso governo?...⁷⁹

Colocando o jornalístico concorrente como “folha intimamente ligada ao prefeito Diniz”, *A Batalha* se sente “atordoada” com a nota concorrente, afirmando que não tem fundamento o possível apoio de Argemiro de Figuerêdo ao prefeito Pereira Diniz, colocando como indelével, os redatores afirmam que tal apoio constituiria uma verdadeira “nodoa indelével com que denegriria para sempre o seu auspicioso governo”, evidenciando cada vez mais a tentativa por parte de *A Batalha* para uma desvinculação entre esses dois políticos.

A disputa desta forma torna-se uma busca pela posse do cargo máximo de mandatário da cidade através das pesadas críticas do jornal *A Batalha* contra o prefeito Pereira Diniz, o que em uma análise mais atenta é perceptível nas publicações seguintes a fevereiro de 1935. Essas pretensões de forma cabal demonstrada na manchete de 21 de março de 1935, quando um boato da possível saída de Pereira Diniz e a substituição por Francisco Maria aliado histórico dos redatores de *A Batalha* é anunciado com entusiasmo

Aproxima-se o dia da vitória. Consta aliás com fundamento que o cel. Francisco Maria irá ocupar o lugar de prefeito da nossa terra. Ficará, assim, a Metrópole das cidades nordestinas livres do Sansão que tem desgovernado a nossa localidade e contribuído para tirar o último tostão do bolso dos contribuintes com impostos absurdos (*A BATALHA*, 1935, p.01).

Percebemos por parte da publicação, que a saída do prefeito Diniz do cargo de mandatário da cidade era um objetivo por parte dos redatores de *A Batalha*, elevando mais elementos de críticas a sua gestão até então não vistas, a alta cobrança de impostos. A saída por parte de Diniz não se concretizou nesta data, estendendo-se por mais alguns meses, continuando dessa forma também, as críticas a sua gestão de forma cada vez mais taxativa, tanto de ordem política como de postura pessoal.

79 (A *Batalha*, Campina Grande, 1935, p.02).

As críticas de *A Batalha* ao prefeito nesse momento não desassocia-se das críticas ao *O Rebate*, com a disputa pela cidade, a política, as representações, os ataques de *A Batalha* contra o prefeito Diniz e o jornalístico rival torna-se cada vez mais ofensivas, em uma coluna intitulada “O Rebate” em Apuros...”, os redatores de *A Batalha* fazem uma crítica forte ao periódico rival afirmando que estes fazem “jornalismo pelo método confuso” e ao prefeito Pereira Diniz

Era quasi escusado salientarmos que o jornalzinho acima não respondeu, absolutamente, a nenhum dos pontos do repto que lhe lançamos em nosso penúltimo número, visto como o publico sentiu o atarantamento do confrade, que enviou por veredas escusas, deixando o campo largo onde se feriu a questão. Desafiamo-lo a indicar a origem da nota que veiculara, sobre uma suposta resolução das forças políticas do município, e, apesar de ter dito que estava “devidamente autorizado” a publicá-la, o confrade houve por bem arrolhar-se. Fugiu, também, a responsabilidade da imposição que o dr Argemiro de Figueiredo teria feito as forças políticas locais para a continuação do prefeito Diniz. De modo que o nosso repto continua de pé, - o que, alias, não nos causa nenhuma surpresa, porquanto sabíamos que a nota d’ < O Rebate> era uma fanfarrona para inglês ver. Apenas, no caso da imposição, os confrades reconheceram a sua incapacidade jornalística, e, de chapéu a mão, vieram retratar-se, afirmando que quiseram dizer uma coisa diferente do que disseram. Demitam, pois, o redator inconsciente e vajah que não somos nos quem faz jornalismo “pelo método confuso”. A confusão vem de lá, bem como os deslizes palmares, as expressões réles, as imagens bolorentas. De tudo isto da testemunha a respostazinha tropega do ilustre confrade, que, afinal, enquanto, honradamente estamos “a pescar os niqueis dos leitores” anda, talvez, em risco de não “pescar” nenhum. Lembre-se <O Rebate> de que esses niqueis valem, as vezes, muito mais do que certas “pescas” de maior vulto...E... aceite os nossos sinceros pêsames por ter-se metido numa “trança” donde não pode, nem poderá sair.⁸⁰

A coluna por si já é um claro estado de confronto ao *O Rebate* e ao prefeito, o que observa-se para além dos discurso da modernidade e do confronto político é que logo abaixo da coluna mostrada acima “O Rebate em Apuros...” na parte inferior um anúncio no periódico traz a seguinte mensagem “PROCURE saber qual o jornal mais lido da cidade e ANUNCIE”, o seguinte anúncio desmerece o jornal rival duvidando inclusive do alcance que as publicações concorrentes possui.

Por fim, como elemento para rixa existente entre os periódicos, o Prefeito Diniz tenta com a força do cargo o fechamento do periódico opositor, com os mecanismos da lei, o episódio é relatado nas colunas de *A Batalha* em 04 de março de 1935 como sendo apropriado para “covardes”

O dr, Pereira Diniz, cognominado o Sansão, mandou que os seus janizaros agissem contra o diretor da nossa gazeta, e ficou na sombra, lugar apropriado para os covardes de sua especie. Nós, há seis meses, que viemos mostrando aos nossos conterraneos as mazelas que dominam o nosso ambiente politico e como premio desses serviços prestados, o politico imundo que os campinenses o chamam de Sansão arranja uma queixa-crime, servindo de instrumento o dr. Diogenes Miranda,

do leite, para saciar o seu instinto de besta do apocalipse. A principio o prefeitozinho matutou em aplicar a lei de Linch. Mandou que os malfeitores da peor especie crocitassem em torno da nossa redação; (...) de braços cruzados não ficaremos porque representamos a voz da maioria do povo campinense, que é força, riqueza, inteligencia e trabalho. O Sansão está entregue á chufa política. E a queixa-crime, o povo aguarde o desenrolar dos acontecimentos.⁸¹

Percebemos na tentativa de fechamento do jornal opositor por parte da gestão municipal, o uso da condição de prefeito para o cancelamento de uma representação política contraria, observamos no anúncio do episódio um reforço ao tom depreciativo que *A Batalha* se refere ao prefeito Diniz, além do corriqueiro Sansão, o chamando também de “prefeitozinho”, mostrando que não se renderiam as ameaças do prefeito, ficando de “braços cruzados”.

Com essa guerra de narrativas, observamos que independente dos lados que reivindicavam melhorias estruturais na cidade, o advento da discussão nos periódicos são de fundamental importância para uma compreensão do debate público em torno da reforma urbana, o que obrigava que independente de quem fosse eleito ou indicado como prefeito de Campina Grande, necessariamente pela pressão de ambos os grupos, de vários discursos, a fazer uma reforma urbana para uma adequação as cidades ditas “civilizadas”, ainda mais se percebermos que esse fenômeno de transformação urbana se intensifica nas cidades do Nordeste na década de 1930, precisando Campina Grande seguir “os rumos do Progresso”.

Após a apresentação das versões sobre a cidade e a gestão municipal, observa-se que para uma leitura histórica tendo por base os periódicos, ha uma série de ponderações a serem feitas, desde o advento da leitura dos discursos, as intencionalidades, as linhas editoriais, além da compreensão de estratégias discursivas para evidenciar tais teses, destacando-se assim as parciaisidades, esses pontos foram observados na construção das análises feitas nessa pesquisa sobre as notas e publicações feitas pelos periódicos utilizando-se dos métodos apropriados para a leitura desse tipo de fonte.

Entendendo os embates de narrativas nos veículos que representavam as letras das informações nos anos 1930 como uma disputa política, os jornais *O Rebate* e *A Batalha*, percebemos que esse confronto entre os citados meios de informação não era algo que se observa no espaço amostral como algo isolado, mas é vista e apontada nesse escrito como sendo uma instância nas disputas que se apresentam desde a constituição de Campina Grande como cidade.

Nas tessituras das transformações urbanas, toda cidade é a rigor um “território em disputa”, desta feita, quando espaços são atacados, conseqüentemente uma resposta é dada, causando assim uma ação, e isto é observado em Campina Grande desde sua origem, passando pela disputa representativa até a transformação urbana. Todos esses elementos, estariam presentes no projeto urbanizador nos anos subsequentes, inclusive com influência direta no corpo, através de técnicas jurídicas e políticas disciplinatórias dos corpos, mas será possível construir uma narrativa histórica sobre a cidade através do corpo? A resposta para essa pergunta é o assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO III – CAMPINA GRANDE COMO CIDADE DISCIPLINAR

As ruas, como as criaturas, como tudo na vida, tem também sua crônica, seu destino, uma história para ser contada.

Cristino Pimentel

3.1 “Concede-nos Licença Sr. Prefeito”

Nas múltiplas centralidades que um estudo sobre as cidades representa, este capítulo versa sobre a parte prática desta pesquisa, caracterizando-se por trazer a discussão que aborda todo um ordenamento jurídico em torno da modernização de Campina Grande. O fio que escolhemos para a realização empírica destaca toda uma disputa que tinha como característica os embates no campo político jurídico.

O entendimento de “mecanismos jurídicos”, neste capítulo destaca uma forma de produção historiográfica que tem como método um estudo sobre o ordenamento jurídico que um poder institucional representa, destacando que esse controle é perceptível em todas as dimensões do poder constituído. Serão observadas as ações de mudanças estruturais através de decretos municipais da prefeitura e decretos de ordem legislativa, evidenciando inclusive os ideais perpassados para parte de seus moradores com princípios de embelezamento e civilização.

Ao escrever sobre o passado, o historiador busca em sua produção indícios que apontem para a narrativa que pretende desenvolver em seus textos. Nesse sentido, o passado

encontra-se no presente, ao analisar um fato, um acontecimento, o historiador tenta compreender as conjecturas que levaram ao tal dado em análise buscando assim compreensão no tempo presente dos fatos no passado, isso só é possível pois apesar de tempos e conjecturas diferentes, contextos e princípios diferentes o elemento humano continua presente, sendo possível assim uma construção histórica no qual as sensibilidades e a alteridade se mostram fundamentais.

Em um estudo que tem como pretensão analisar como uma reforma urbana interfere no corpo urbano e no cotidiano de seus habitantes através das disciplinas, é necessário entender a historiografia como uma das técnicas de produção do conhecimento⁸², diferenciando-se de outras formas narrativas pelo seu campo de estudo (o passado), mas principalmente pelas formas que a constituem em seu método prático de produção, a historiografia busca contar o passado através de um rigoroso método analítico, por mais diversificadas que a operação historiográfica se apresente.

Ao analisar o processo de urbanização de Campina Grande, este capítulo busca abordar a ação que sofre o corpo pelas técnicas de poder presentes nos respectivos processos, uma análise institucional que o poder disciplinar atua em um verdadeiro controle do cotidiano das pessoas através da faculdade da caneta⁸³ no qual a instituição pública atua diretamente na vida privada através do controle de massa, fato que pode ser observado ao analisar que uma simples reforma na casa, ou mesmo a construção de um banheiro é catalogada e controlada pelo poder constituído.

Em seu aspecto técnico, são observados nessa pesquisa decretos expedidos pela gestão municipal⁸⁴ e petições⁸⁵ da população de Campina Grande entre os anos de 1935 a 1945 para construção e reformas de casas, no qual a autorização do poder municipal era fundamental para sua realização. Portanto o emprego das relações de poder sobre o corpo é observado nessa pesquisa como mecanismos sociais observando constantes uniformidades em seus

82 Conhecimento aqui entendido como produção do saber, dentro deste campo, observa-se uma vasta quantidade de saberes, seja no mundo das letras, no campo religioso ou mesmo no senso comum, a historiografia, portanto é colocada aqui como uma técnica de produção de conhecimento específico do campo científico visto que para sua produção é necessário um método específico de produção.

83 Entendido aqui como o poder que a ação jurídica possui.

84 Para os decretos municipais, as referências seguem o modelo; Tipo de Lei e o número, a data, cidade e o maço o qual se encontra no Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (AMCG).

85 As referências para as seguintes petições seguem o modelo apropriado para esse tipo de fonte; Nome do autor do documento, a cidade de sua realização, data expedida além maço o qual está presente no Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (AMCG). Quando não houver um autor específico, mas coletivos será especificada a sua natureza, exemplos; proprietários, associados e afins.

aspectos de controle, o corpo dessa forma é pensado como uma forma de percepção para a realização das relações de poder.⁸⁶

Porém, como o corpo do cidadão campinense na primeira metade do século XX sofre essas referidas ações de poder? Como são produzidos os efeitos sobre o corpo e as técnicas além de estratégias eficientes para esse processo? É possível afirmar que o projeto urbanizador de Campina Grande e os seus idealizadores tinha plena consciência dessas técnicas de domínio e de controle de interferência no corpo?

No intuito de minuciar e desenvolver questionamentos como os apontados acima, buscamos a partir de leituras teóricas/historiográficas, uma técnica de cotejar tanto a narrativa sobre a transformação urbanística como também as formas como essas se manifestam através de ideais que busquem não apenas uma modernização, porém intervém diretamente na vida cotidiana das pessoas.

Como um dos exemplos do controle sobre a casa e conseqüentemente a vida privada da população por parte do poder constituído, temos uma petição por parte de um morador de nome Carlos Augusto da Costa, datada de 06 de outubro de 1936 portanto, primeiro ano do mandato do prefeito Vergniaud Borborema Wanderley. O respectivo morador, pede ao prefeito encarecidamente para dispensá-lo da coleta de impostos do ano, pois, sua casa foi arruinada por conta das chuvas, o que chama a atenção nessa petição é que o morador afirma que não cumpriu os “requisitos necessários”

Ilmo. Senr. Dr. Werniaud. M. D Prefeito desta Cidade. O abaixo assignado Carlos Augusto da Costa, residente a Travessa Ruy Barbosa desta cidade, No. 59. tendo sido um dos mais prejudicados com a chuva deste anno pois sua casa chegou na eminencia de ficar toda arruinada e como até agora não pode faser os reparos necessarios, conformo os requisitos exigidos pelo Dr. Lourival de Andrade, engenheiro desta Prefeitura, vem mui respeitosamente pedir a v. Senhoria que sedigne em o despençalo da coleta deste anno, que atinge a trinta e oito mil reis. Certo de que sua pretensão será coróada de pleno exito.⁸⁷

O que observa-se nessa petição oficial por parte do morador além da situação por qual ele se encontrava é que a prefeitura, ou seja, o poder constituído, exige conforme documento, um reparo da casa por parte do morador no qual existe “requisitos” para sua realização sendo assim é determinado pelo poder municipal que o cidadão “reformar” sua casa, colocando a questão estética como prioridade.

86 Corpo no sentido Disciplinar.

87 Carlos Augusto da Costa. Campina Grande, 6/10/1936. Maço de licença construção e reformas 1936.

O controle por parte da gestão municipal, é percebido quando verificamos que existia nesse momento um protocolo a ser seguido para realizar determinadas tarefas, buscando permissão, seja para reformar casas, estabelecimentos comerciais, licença para expor mercadorias, todas essas atividades dispunham de um controle do estado que tudo catalogava, autorizava ou proibia.

Em uma análise documental do período, percebemos verdadeiras súplicas por parte da população para que sejam concedidas licenças para a realização de determinadas tarefas ou mesmo a dispensa de outras, como será mostrado ao longo deste capítulo, evidenciando um constante controle por parte do poder constitucional.

No estudo das documentações oficiais e do discurso institucional entre 1935 a 1945, o termo “civilização” é colocado recorrentemente em expressiva quantidade desses documentos, pensando nesse conceito ao longo do debate histórico, principalmente em se tratando de normas para o comportamento, o termo entra como discussão central em toda experiência histórica que tem como objetivo uma disciplinarização, uma normatização do corpo. Dessa forma, a “civilização” é uma etapa a ser alcançada, que de acordo com seus defensores, precisa de tempo, de método, de projeto ou mesmo um processo. Com esses objetivos, a civilidade é algo que não se estabelece nessa lógica de forma natural, por conseguinte, a civilidade é implantada, é um grande projeto a ser colocado em prática.

Essas “produções de civilidade” tão recorrentes na história e conseqüentemente de grande espaço na historiografia tem como um de seus maiores nomes de pensamento o historiador alemão Norbert Elias, em seus escritos é visto que o comportamento humano tem papel de importância central, por conseguinte, as ações exercidas no contexto em análise visa moldar comportamentos, em nome desta tão almejada civilidade.⁸⁸ Ainda na obra de Elias, é perceptível todo um caminho histórico para chegar-se ao “civilizado” colocando este como sinônimo de comportamento social aceitável, no desenrolar do tempo vivido a obra de Elias apresenta uma institucionalização dos pensamentos de civilização dando a esse objetivo uma conotação de regramento, o homem condicionado ao mundo da regra⁸⁹ que muitas vezes burlam o seu estado natural de impulsos.

88 Para se ter uma compreensão da civilidade como processo, conferir ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador I: Uma História dos Costumes**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

89 Sobre o mundo da regra Friedrich Wilhelm Nietzsche filósofo alemão do século XIX, produz seu trabalho inspirado em conceitos das artes e em artistas, um exemplo disso é a obra “O Nascimento da Tragédia” na respectiva obra Nietzsche traz a construção histórica de dois tipos de mundo inspirado na tragédia grega: O

Com esses apontamentos, os corpos são atacados através da estrutura legal imposta pela regra, o mundo da disciplina, o controle do corpo. Nessa leitura, é impossível fazer um levantamento de controle social através dos corpos desconsiderando a vasta bibliografia desenvolvida por Michael Foucault, mais especificamente trabalhos que envolvem a temática do poder e da disciplinarização em seu estado de categoria, a domesticação dos corpos através das instituições que tem como modelo de disciplina o advento da regra. Como exemplo inicial sobre os mecanismos jurídicos temos um decreto assinado pelo poder municipal em Campina Grande na data de 11 de maio de 1936, após 5 meses de mandato, Vergniaud Borborema Vanderley decreta

O bacharel Vergniaud Borborema Vanderley, Prefeito de Campina Grande, em virtude da Lei nº 4, da Camara Municipal, de 25 de Abril de 1936, Decreta: Art. 1º - Fica desapropriado, por utilidade publica, o predio nº 27, da rua Maciel Pinheiro, pertencente a viuva Francisco Cavalcante de Albuquerque. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario – Campina Grande, 11 de Maio de 1936⁹⁰

O mencionado decreto, revela sobre a desapropriação da casa de uma viúva para o alinhamento da rua Maciel Pinheiro, revelando a frieza dos processos jurídicos, dando indícios do que seria comum pelos 10 anos seguintes; a interferência na vida privada. Vários são os casos de desapropriações, de verdadeiras destruições de casas, em nome de um progresso, de civilidade, mas que civilidade é essa que desapropria a casa de uma viúva? Essas premissas são observadas evidenciando o caráter da cidade em disputa, visto que esses processos disciplinares geram uma resistência; a antidisciplina.

Apesar de a reforma urbana ser consagrada como praticada no período de 1935 a 1945 e associada nominalmente a gestão de Vergniaud Borborema Wanderley, observa-se pequenas ações anteriores a 1935 e o aporte de técnicas jurídicas para um controle disciplinar. Essas premissas são observadas nesta pesquisa, a partir de documentos oficiais obtidos no Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande especificamente os documentos datados de antes de 18 de dezembro de 1935 data da posse de Vergniaud Borborema Wanderley o que será importante nas construções dialógicas para o estudo do dado período.

Ao observarmos os registros de petições, verifica-se como característica, o pedido de autorização por parte do cidadão ao poder público para reformas e construções em suas casas,

mundo apolíneo (mundo da regra) e o mundo dionisíaco (mundo desregrado), dessa forma, o homem que segue pelo mundo do apolíneo limita-se o seu estado natural sucumbindo diante dele já que segundo essa leitura o estado normal do homem é o desregramento. A comparação desse pensamento de Nietzsche conversa em certa medida com a construção histórica do termo “civilizado” desenvolvido por Elias no sentido de seu processo de disciplinarização e o modo por qual este é inspirado na institucionalização da regra.

90 Decreto Nº 2, Campina Grande, 11/05/1936, Campina Grande. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.

e como mencionado no exemplo inicial do capítulo, precisavam cumprir requisitos. Como premissa temos um caso de 14 de janeiro de 1935 (portanto anterior a gestão de Wanderley) com a conseqüente requerente “O abaixo assignado, pretendendo construir um banheiro e uma parte do muro de sua residência a avenida Miguel Couto nº 154, requer de v. as, que se digne lhe conceder a necessária licença para este fim”.⁹¹

Do mencionado projeto urbano que tinha como um de seus parâmetros o embelezamento da cidade, verificamos que as petições para reformas e construções de caráter particular, o prospecto de embelezamento é usado por parte dos requerentes como um das justificativas para autorização por parte do poder público para a realização dessas reformas, algo que pode ser percebido com uma petição que pede isenção de imposto pois seu empreendimento contribui para o projeto de embelezamento, justificando assim sua isenção, essa premissa pode ser observada na seguinte petição de 14 agosto de 1935, reiterando que antes mesmo da posse de Wanderley

Severino da Costa Ribeiro estando atualmete reconstruindo o predio N. S a rua P. João Pessoa, de acordo com a planta N 321 (...) vem requerer a v Sa, que se digne conceder-lhe Isenção do Imposto predial por cinco anos, favor que se traduz como um relevante incentivo da atual administração ao embelezamento da cidade.⁹²

No descrito requerimento observa-se que o propósito de embelezamento já falado no primeiro capítulo adentrou aos moradores do município mesmo que de forma discreta fato que pode ser vinculado a propaga necessidade de embelezamento desde os periódicos passando mesmo pelos letrados da cidade. No caso particular mostrado acima, o morador solicita a dispensa de impostos pois presta “relevante incentivo da atual administração ao embelezamento da cidade”, evidenciando o ambiente de reformas por qual passava a cidade.

Para a compreensão e leitura das ações disciplinares, percebemos que o controle através das técnicas jurídicas tem o poder advindo do discurso do moderno, da modernidade, com corpos em confrontos na vida cotidiana, nas escolas, nos espaços de lazer. Na prática da leitura dessa pesquisa, as ações em torno das técnicas jurídicas têm papel central e uma das formas mais contudentes para percepção desses confrontos dos corpos são os inúmeros registros de ações constitucionalista, como veremos nesse momento.

3.2 A Cidade em Processos: Modernidade para quem?

91 Autor não identificado, Campina Grande, 14/01/1935. Maço de licença construção e reformas 1934 a 1935.

92 Severino da Costa Ribeiro. Campina Grande, 19/08/1935. Maço de licença construção e reformas 1934 a 1935.

A emergência das produções científicas sobre a modernidade, além de trazer mudanças físicos/estruturais nas cidades provocam alterações em comportamentos e hábitos dos seus habitantes, essas mudanças devem-se as políticas que alteram os costumes até então estabelecidos. Nessas transformações é perceptível que a força de disciplina será exercida por quem detêm o poder, evidenciando a imposição da força como prática domesticadora, provendo suas ideias, comportamentos e forma de pensar o mundo no qual o corpo tem papel central nesse processo.

Nas já citadas leituras sobre a urbanização, é perceptível um recorrente discurso baseado na higienização e nas teorias médicas, que em várias ocasiões colocam a cidade como o enfermo que precisa de tratamento. Dessa forma, é colocado essa pesquisa uma comparação da cidade com o corpo físico, uma analogia verificada nos discursos que cobravam a reforma urbana que apresentavam as cidades como doentes.

Com frequência, esses discursos provenientes da Europa oitocentista, visam uma adequação das cidades com o conforto, com a facilidade de locomoção e de limpeza, adentrando na vida privada e no cotidiano através da casa, uma das leituras clássicas nesse campo, tem proveniência através do trabalho do francês François Beguin⁹³, que demonstra como se constrói o habitat para o pobre, como as novas construções urbanas são semelhantes ao funcionamento do corpo através de uma “gestão de fluidos” e o conforto nada mais é do que uma disciplina, a casa moldada para disciplinar, além de uma domesticação da sexualidade. Beguin demonstra o controle do estado sobre aparelhos de salubridade e higiene domesticando a casa através de mecanismos que facilitam esse controle, não importando o método de construção, mas sim seu funcionamento. Esses mecanismos observados por Beguin vão ser verificados em enorme número de projetos urbanizadores que tem a casa como um de seus pilares, o “projeto” no sentido mais técnico do termo.

Pensando em “projeto”, a posse do bacharel em direito Vergniaud Borborema Wanderley como prefeito de Campina Grande em 18 de dezembro de 1935 representa o marco inicial do projeto urbanístico de transformação estrutural e imagética por qual passa a cidade, estendendo-se entre idas e vindas até o ano de 1945⁹⁴. Se tornando, portanto, esse

93 Conferir, BEGUIN, François. **As Maquinarias inglesas do conforto**. IN: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981.

94 A gestão de Vergniaud Borborema Wanderley é comumente mencionada nos trabalhos historiográficos como sendo de 1935 a 1945, mesmo estágio que é colocada a modernização da cidade. Todavia, esses 10 anos de reforma sofre uma pausa no seu ritmo de reformulação percebida entre janeiro de 1938 a agosto de 1940, não por coincidência esse é a fase em que Wanderley se afasta do comando da gestão municipal, retornando 2 anos depois para concretizar seu ousado projeto urbano.

espaço de 10 anos como o período de maior efervescência estrutural em Campina com suas ruas, suas casas como também dos mencionados corpos em “disputa”.

Em uma análise sobre os decretos municipais assinados por Wanderley, observa-se com frequência uma menção a Lei Número 4, que será usado como mecanismo jurídico para uma interferência na vida cotidiana dos moradores campinenses, a referida lei versa

Lei Nº 4º. Art. 1º – Fica o prefeito do Município autorizado a efetuar as desapropriações que julgar necessárias ou uteis ao melhoramento ou embelezamento da cidade(...) Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. SALA DAS SESSÕES DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, EM 25 DE ABRIL DE 1936.⁹⁵

Na citada lei, observa-se mais uma vez como justificativa para as desapropriações o almejado embelezamento da cidade, desconsiderando os efeitos sociais que essas mencionadas desapropriações acompanham. Leituras históricas nos mostra que, a disciplina atua sobre o corpo de forma individualizada enquanto a regulamentação atua sobre o coletivo, do encontro de ambos está a norma. Sobre essa visão histórica, uma importante contribuição para o desenvolvimento da leitura historiográfica através das normas, da disciplinarização dos corpos através das leis tem como expoente o trabalho do historiador Foucault.⁹⁶

Ao analisar mecanismos jurídicos de ordem tanto legislativa como decretos da gestão municipal, percebemos que o processo de urbanização de Campina Grande não resume-se ao desejo de Vergniaud Borborema Wanderley, entretanto a transformação urbana é na verdade, um amplo projeto de estado que envolve os poderes não só executivo mas também os poderes legislativos e judiciário, um exemplo disso versa sobre a data de 13 de março de 1936, uma lei de ordem legislativa aborda sobre desapropriações de toda a rua Floriano Peixoto, no centro da cidade impondo a estes moradores pesadas multas casos os preceitos para permanecerem nas casas presentes não sejam realizadas, causando assim em último caso a desapropriações; segue a referida lei;

PROJETO DE RESOLUÇÃO CONCEDENDO AUTORIZAÇÃO AO PREFEITO MUNICIPAL PARA DESAPROPRIAÇÕES NA RUA FLORIANO PEIXOTO DESTA CIDADE. 1º Considerando que a Praça Floriano Peixoto, alias a principal da cidade, constitui um verdadeiro monstrengo ao embelezamento e alinhamentos que os preceitos do Urbanismo empõem; 2º Considerando que foram intimados pela Prefeitura todos os proprietários de predios desalinhados, para os

95 Lei Nº 4, Campina Grande, 25/04/1936, Campina Grande. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.

96 A despeito sobre o estudo específico sobre o corpo, é impossível traçar uma reflexão sobre o tema desconsiderando a importante contribuição historiográfica/filosófica de Michael Foucault, em seus estudos, especificamente as obras “Vigiar e Punir”, “O Nascimento da Clínica”, e “História da Sexualidade I, a vontade de saber”, nestas obras histórico/filosófica percebemos que o autor trabalha como o termo “Saber” que numa leitura mais ampla tem uma relação estrita com a prática, prática essa relacionada com a ciência, nessa perspectiva o saber desenvolvido por Foucault relaciona-se com a produção científica.

removeram para o alinhamento urbanizante, sob pena de serem judicialmente desapropriados deles, dentro do prazo marcado; 3º Considerando que alguns de tais proprietários se fazem contumazes, desrespeitando assim as posturas municipais, em vigor, as determinações legais da Prefeitura Municipal: A CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, PELA SEGUINTE RESOLUÇÃO, DECRETA: Art. 1º – Os proprietários contumazes, até a presente data, a intimação do prefeito para avançarem no alinhamento legal, os predios altos a rua Floriano Peixoto, tem o prazo improrrogável de quatro mezes, para o fazerem sem multa. § 1º – Caso, terminado o prazo dado, não tenham os ditos proprietários iniciado os serviços do avançamento dos seus predios, ficão sujeitos a multa de 400.000, diariamente, cobradas executivamente. § 2º – Si, terminando o prazo das multas, dado pelo Prefeito caso não tiverem iniciado os serviços das remoções legisladas, ou o prefeito autorizado, com plenos poderes, a proceder a desapropriação judicialmente, dos referidos predios, na forma da legislação em vigor. Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrario. SALA DAS SESSÕES DA CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, EM 13 DE MARÇO DE 1936. Aprovada por unanimidade de votos na mesma sessão.⁹⁷

Desta forma as representações em torno da modernidade e do embelezamento, constitui-se como um dos principais elementos do controle social, fiscalizar na prática a vida da população, intervindo nas práticas cotidianas obstruindo os hábitos desta população mais pobre. Esse ataque a vida cotidiana, que a desapropriação apresentada nos revela de forma drástica sobre a rotina, englobando toda uma coletividade a esse fenômeno Foucault denomina de biopolítica, caracterizado por uma ação disciplinar coletiva através da técnica, desta forma, o poder disciplinar produz alguma ação sobre o corpo.

Pensando a constituição de um lugar como sendo representado pelos seus costumes, sua cultura e seu cotidiano, percebe-se que a relação do homem com o seu espaço é fundamental na construção de uma identidade, portanto, o morador não é um mero ocupante do espaço, ele é sim uma das características do local, então percebemos que na prática de uma transformação que visa o moderno, a frieza da lei desconsidera a tradição, os costumes e o próprio cotidiano.

Os mecanismos jurídicos são, nesse sentido, um instrumento de controle da vida cotidiana, uma tentativa de rompimento com os costumes populares em busca de uma modernidade, referenciais culturais externos são colocados como sofisticados, no projeto de implantar a modernização e a civilidade era preciso disciplinar, era preciso estabelecer ordem de convívio social, intervenção nas práticas cotidianas das populações mais pobres, negando os costumes.

Tratando-se de cotidiano e de todo esse cenário de desapropriações, uma das leituras referenciais não apenas sobre a temática, porém, para toda a produção historiográfica diz

respeito ao trabalho clássico “A Invenção do cotidiano”⁹⁸ de autoria do historiador francês Michael de Certeau. A obra de Certeau, atua no mundo das letras como um verdadeiro “manual do historiador” por nos apresentar todo um método de produção e formas que constituem esse tipo de escrita, tornando-se um dos ancoramentos quando a temática conversa com o cotidiano. Pensando em Campina Grande, todo esse cotidiano atacado pela modernização nos faz compreender o indivíduo através de operações realizadas no dia a dia, utilizando do modo analítico de Certeau, as interações na cidade com a reforma urbana são alteradas, modificando a pluralidade da convivência social, criando assim um novo cotidiano.

Tendo o cotidiano como foco e como este é afetado, observa-se em petições de ordem oficiais solicitadas por habitantes de Campina Grande no período em estudo “táticas” e “estratégias” dos “suplicantes” que em frequentes casos utilizam-se da retórica para adiamento das multas impostas pelo poder municipal, como revela a petição seguinte datada de 5 de fevereiro de 1936

Francisco Chagas de Andrade, comerciante, estabelecido á rua “PRAÇA Cel. ANTONIO PESSOA, desta cidade, sob nº 127, com a PADARIA denominada S. THEREZINHA, vem expor as razoes porque não satisfez a sua intimação para concertar o pizo e revestir o salão de trabalhos, na altura de um metro e meio de parede conforme determina o regulamento da HIGIENE. Não ignore V. Sa. Que a cidade de Campina Grande atravessa uma phase de verdadeira febre de construções, não se encontrando um único official para se fazer um serviço. O supplicante contractou o serviço para ser feito no tempo opportuno, mas o seu contracto não foi cumprido, resultando, dessa falta de cumprimento, o não cumprimento de sua obrigação e consequente multa. Trata-se, portanto, de um caso de força maior, ante o qual todo o direito desaparece. Eestes termos o supplicante espera que V. Sa. o releve da multa que injustamente lhe foi imposta, compromettendo-se a fazer ou cumprir as suas obrigações no prazo de quinze dias, findo os quaes se subordinará aos dispositivos legaes. P. deferimento.⁹⁹

Com a petição acima observa-se que, a “obrigação” de consertar o piso e revestir o salão exigido pelo poder constituído, não é concretizado pelo respectivo morador, esse utilizando-se da estratégia argumentativa de relatar as inúmeras transformações e reformas que de fato a cidade passava não foi possível a realização das melhorias exigidas, esses procedimentos em relação as forças de poder é tratado por Certeau como sendo verdadeiras estratégias, “chamo de estratégia, o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente”.¹⁰⁰

98 Conferir CERTEAU, Michel. de. **A Invenção do Cotidiano** – artes de fazer. 3.ed., Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

99 Francisco Chagas de Andrade. Campina Grande, 15/02/1936. Maço de licença construção e reformas 1936 a 1937.

100 Conferir CERTEAU, Michel. de. **A Invenção do Cotidiano** – artes de fazer. 3.ed., Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes., p.46

Ao suplicar por parte do poder municipal que releve a multa, evidencia assim, a força de poder que a prefeitura representa perante o morador comum, o dito suplicante utiliza-se da linguagem como uma “tática” para sobrepor a problemática envolvida. Sobre essas táticas na vida prática, novamente Certeau salienta, “denomino, ao contrário, tática um cálculo que não pode cotar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro”.¹⁰¹

Portanto, observa-se que em qualquer controle que tem por meio o advento da lei um dos objetivos a serem alcançados, é o domínio do tempo e do espaço, assim como pensado por Thompson¹⁰² muitas pesquisas ao longo do desenvolver das tessituras do trabalho historiográfico exploram as posturas, os gestos ou mesmo as falas em dadas sociedades, no caso de Campina Grande, o objetivo de embelezamento é claro e explícito.

Era desejo do prefeito Wanderley entrar para a história como o responsável pela mudança que os intelectuais e homens das letras tanto pediam,¹⁰³ prova disso são os inúmeros decretos e ordens para construções de grandes empreendimentos na cidade, construções que colocariam definitivamente Campina na rota das cidades ditas de “grande porte” como um dos exemplos sobre essa tendência na cidade temos a ordem de construção de um hotel que serviria como um verdadeiro “monumento” a modernidade

A CAMARA MUNICIPAL AUTORIZA AO PREFEITO MUNICIPAL A CONTRATAR A CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, DEPOIS DE FEITA A RESPECTIVA CONCORRENCIA. A Camara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: ART. I – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, com quem melhores vantagens oferecer, as obras de construção de um hotel, nesta cidade, depois de feita respectiva concorrência pública. § UNICO – Para a realização da referida obra, a Prefeitura Municipal aplicará até a importância de cento e cinquenta contos (150:000\$000), prevista na Lei nº 3, de 29 de julho do concorrente ano. ART. II – Revogam-se as disposições em contrário.¹⁰⁴

101 Ibid., p.46.

102 Ao estudar os usos das leis e do direito na sociedade inglesa no século XVIII, Thompson coloca em análise a lei como objeto, e os processos inerentes ao campo da jurisprudência, sendo possível a partir da análise dos costumes verificar como a norma se insere no cotidiano e como não se insere. Nessa investigação de Thompson, a lei que é seu “inimigo” histórico por parte principalmente dos camponeses, passa a ser seu “aliado”. Podendo assim ser uma forma de resistência. Conferir a obra em especial o seu capítulo 3. Cf. THOMPSON. E. P. **Costumes em comum. Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional.** Revisão técnica; Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

103 Em uma entrevista ao jornal *Diário da Borborema* na data de 8 de julho de 1979, Wanderley revela as suas intenções sobre o ousado projeto urbanístico, declarando inclusive que tinha o desejo de preparar Campina Grande para se tornar a capital do estado. Para a entrevista completa, conferir; Retalhos Históricos de Campina Grande. **Vergniaud Wanderley.** 2009. Disponível em; <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/08/vergniaud-wanderley.html#.XdHIW9VKjak>. Acesso em Novembro de 2019.

104 Decreto Legislativo, 04/11/1936, Campina Grande. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.

Com essas construções de grande porte, observa-se que o impacto da reforma não é apenas verificado com a construção em si, porém também o próprio discurso da construção de um empreendimento de grande proporção a vista de todos causando uma verdadeira “propaganda” da reforma urbana, verifica-se de acordo com a leitura do historiador Foucault que embasa esse capítulo, sutis técnicas de exercício de poder visto que a construção do dito hotel passa um claro recado do seu projeto de grandeza da cidade.

Com o explícito projeto de modernizar, as pessoas que tinham suas casas próximas a esses monumentos trazidos pela “moderna”¹⁰⁵ Campina, tinham que a partir desse momento, que conviver com o medo do que poderia acontecer com suas casas e espaços de convivência em nomes desta dita modernidade, sem ter a quem recorrer visto que a institucionalidade legal era usada como um auxílio no projeto municipal, os moradores utilizam da mesma técnica jurídica para realizar qualquer atividade que envolva mudança estruturais em suas residências ou estabelecimentos comerciais.

As petições oficiais também nos mostram os momentos de intensas transformações que a cidade passa, como exemplo; temos vários apelos por parte dos populares pedindo dispensa ou adiamento de impostos. As petições nos auxiliam no entendimento sobre qual era a opinião pública sobre as transformações existentes na cidade, como exemplo; temos uma súplica por parte de um morador de nome Diz José Simões de Carvalho para reduzir a taxa cobrada por parte da prefeitura em razão da limpeza pública, segue a petição na íntegra

Diz José Simões de Carvalho, proprietário nesta cidade, que não se conformando com o excessivo aumento da Taxa de Limpeza Pública que sofreram, neste ano, as casas de sua propriedade, conforme documentos juntos, (aviso da Prefeitura e conhecimentos de impostos pagos) vem reclamar, como reclama, contra os referidos lançamentos, para que V. S., com a justiça que pauta seus atos administrativos, exima o Suplicante das majorações em apreços, e para isso requer a V. S. que se digne reduzir a aludida Taxa de Limpeza Pública imposta as casas do Suplicante, em tanto quanto seja preciso para serem mantidas as contribuições do ano passado, por ser isso dá mais rigorosa Justiça. P. deferimento.¹⁰⁶

Na referida petição, percebemos que o popular pede encarecidamente para eximi-lo de majorações de impostos, esse “majoramento” deve-se ao fato do aumento das obras públicas observadas na cidade. Mais adiante, o popular pede para “serem mantidas as contribuições do ano passado”, na fala do suplicante, observa-se um aumento de impostos se comparado com a

105 No sentido da percepção.

106 Diz José Simões de Carvalho. Campina Grande, 19/03/1935. Maço de licença construção e reformas 1934 a 1936.

gestão anterior,¹⁰⁷ evidenciando que já no início do primeiro mandato de Wanderley, a cidade inicia sua reestruturação de forma frenética.

Todo esse estado de interferência é observado em todas as instâncias da vida da população durante os 10 anos, inclusive no campo comercial, como exemplo temos várias petições por partes de comerciantes de barbearias para manterem suas portas abertas, demonstrando o constante espaço de vigilância e controle

EXMO. SNR. DH. VERGNIAUD BORBOREMA WANDERLEY DD/PREFEITO MUNICIPAL. Nós abaixo assinados, proprietários da maioria dos salões de barbearia desta cidade, solicitamos a V. Excia. Que determine um regulamento para o funcionamento de todos os estabelecimentos deste gênero existentes na cidade, do seguinte modo: - fiquem todas as barbearias obrigadas ao fechamento nos dias uteis, as 19 horas, exceto nos sábados, ficando neste dia facultada a hora para o fechamento: proibição terminante para o trabalho dos barbeiros aos domingos, mesmo que as barbeantas estejam de portas fechadas. O presente representa o consenso da maioria e solicitamos ainda que V. Excia. Determine. Igualmente, as multas legais para os infratores.¹⁰⁸

A petição mostrada, evidencia todo um estado de regularidade por qual passava a cidade, adentrando na esfera econômica, também é perceptível pelo seguinte documento que o mecanismo jurídico é usado por parte dos representantes da barbearia para exigir a regulamentação dos seus ofícios, solicitando inclusive a limitação de um horário para a realização de suas tarefas. Observamos com esse movimento por parte dos proprietários de barbearias uma organização coletiva para a realização de suas tarefas com todo um corpo de normas a serem seguidas, verificando-se dessa forma mais uma vez um controle do tempo e do espaço exercido por parte da gestão instituída. Dessa forma, os proprietários utilizam do mesmo procedimentos jurídicos para terem seus anseios correspondidos.

Com a realização da primeira etapa do projeto urbano pensado pelo prefeito Wanderley, é notada uma diminuição no ritmo de desapropriações e nas obras de grandes empreendimentos durante os anos de 1937 a 1940, retomando-se assim o projeto urbanizador em um segundo momento, com a segunda gestão do prefeito Wanderley.

Nessa nova gestão de Wanderley entre agosto de 1940 a março de 1945, observa-se um retorno no ritmo da modernização, mais especificamente no ano 1941, esse fenômeno veio acompanhado com o reforço do tão falado mecanismo jurídico, duas leis federais que davam a gestão municipal poderes quase que absolutos sobre as propriedades, eximindo de poderes

107 Gestão do Prefeito Antônio Pereira Diniz, conferir capítulo II desta pesquisa.

108 Ação coletiva, proprietários de barbearia. Campina Grande, 27 de Julho de 1936. Maço de licença construção e reformas 1938, caixa nº 15 B. (O referido documento se encontrava em um maço não correspondente ao anunciado, sendo feita por parte de seus pesquisadores alerta para a devida correção).

moderadores, as leis de número 1.202¹⁰⁹ de 08 de abril de 1.939 e a lei número 3365 de 21 de junho de 1941, esta última versa;

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta: **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.** Art. 1º A desapropriação por utilidade pública regular-se-á por esta lei, em todo o território nacional. Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. Art. 3º Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato. Art. 4º A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.¹¹⁰

O mencionado decreto de Ordem Federal fortalece as ações exercidas pelos prefeitos, indicando as posturas a serem seguidas nas gestões municipais. Em suas disposições, vão ser justificadas as desapropriações e demolições como sendo “utilidade pública”, tornando-se assim, as gestões municipais com poderes quase que absolutos, e “livres” para serem realizadas as ações que considerarem apropriadas, mesmo que desconsiderem os efeitos que estas possuem, sobretudo pelos menos desfavorecidos.

Como observado pelas ciências políticas, as disposições jurídicas do poder federal pauta as ações práticas do estado na República brasileira, um movimento histórico nos mostra que o chefe do poder executivo e sua política administrativa, será um espelho nas esferas locais, com isso no ano da segunda fase do mandato do prefeito Wanderley, o Brasil passava por um processo simbólico nas relações de poder, a Ditadura Getulista do Estado Novo, 1937-1946. Com o Ditadura do Estado Novo as administrações municipais ganham liberdade jurídica, ampliando os poderes do prefeito pois o regime ditatorial tona-se um espelho em realidades locais, causando assim um poder quase absoluto por parte da gestão municipal.

109 Segue na íntegra o seu mencionado artigo nº 12. Art. 12. Compete ao Prefeito: I – expedir decretos-leis nas matérias da competência do Município; II – expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções e demais atos necessários ao cumprimento das leis e a administração do Município; III – organizar o projeto de orçamento do Município, e sancioná-lo depois de revisto pelo Interventor, ou Governador, que o remeterá ao Departamento Administrativo para os efeitos do art. 17, letra b; IV – nomear, aposentar, pôr em disponibilidade, demitir e licenciar os funcionários municipais, e impor-lhes penas disciplinares, respeitando o disposto na Constituição e nas leis; V – praticar todos os atos necessários à Administração do Município e à sua representação. Disponível em; BRASIL. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO-LEI Nº 1.202**, DE 8 DE ABRIL DE 1939. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1202.htm. Acesso em; 06/11/2019.

110 BRASIL. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO-LEI Nº 3.365**, DE 21 DE JUNHO DE 1941. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13365compilado.htm. Acesso em; 06/11/2019

Como característica nas ditaduras, o poder absoluto impõe o estado como detentor da única alternativa legal de administração e conduta, não dando voz ao pensamento contrário. Esse movimento é percebido nos decretos desse novo momento empenhado pelo poder municipal

DECRETO Nº 139, de 6 de DEZEMBRO de 1944. O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, usando da atribuição que lhe confere o Art. 12º, nº III, do Decreto-lei Federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, RESOLVE declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação, nos termos do Decreto-lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o prédio nº 28, sito á travessa do comércio, com o respectivo terreno, nesta cidade, revogadas as disposições em contrário.¹¹¹

É demonstrado através do decreto Nº 139 assinado pelo prefeito, que o cenário a nível nacional de forte repressão reflete-se assim a realidade local, dando ao gestor municipal igualmente poderes quase que absolutos. No mencionado decreto, observa-se no episódio da desapropriação de prédio nº 28, menções as leis federais assinadas pelo presidente Getúlio Vargas, com essa citação ao poder federal, o decreto revela a força que possui sobre o andamento da cidade e seus representantes, dando poderes quase que ditatoriais a exemplo da gestão federal.

Estratégias se mostram como uma forma prática muitas vezes utilizada pelos mais favorecidos para manejar os mais fracos, os que sucumbem diante do poder dos que possuem a força a administração. As táticas ou astúcias se mostram como meios utilizados pelos menos favorecidos, burlando o próprio sistema de repressão no qual o mesmo meio é utilizado para a disputa, o embate, uma sobrevivência na fresta.

Ao controle do corpo e do sujeito, as relações de poder e jurisprudência faz com que ambos falem, produzindo elementos de embates de propósitos e conseqüentemente disputas, usando os mecanismos jurídicos contra quem os está executando. Nesse sentido, subverte a lógica que a disciplina torna o corpo mais dócil, pois a “docilização” do corpo é enfrentada pelos que recebem tal força.

Com esses vetores, o corpo tem um papel a cumprir, através de mecanismos de subjugação, o corpo é moldado para que funcione de determinada maneira, uma enormidade de acontecimentos precisa ser planejada para a conformação do corpo, uma eficiência a ser cumprida.

E quando essa eficiência não é cumprida será possível afirmar que o controle do corpo falhou? Quando a população de Campina Grande se utiliza dos mesmos mecanismos contra o

111 Decreto Nº 139, 6 de dezembro de 1944, Campina Grande. Março 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.

projeto de modernização, será possível falar em falha desse projeto? O controle da sociedade através do corpo tem aplicação exitosa em alguma experiência histórica que possibilite pensar a cidade? Deixamos essas questões em aberto, causando assim estímulo e desperte interesse para um aprofundamento na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapear as fronteiras do debate sobre a cidade, é uma tarefa árdua ao mesmo tempo que instigante. Entendendo a pesquisa histórica e a consequente produção historiográfica como um espaço amplo para várias perspectivas, é apresentado neste escrito uma produção que utiliza uma problemática e uma coleção de fontes que viabiliza a possibilidade para a compreensão da temática, observando as diversas possibilidades para o estudo das cidades, com perspectivas diversas, problemáticas plurais além de métodos múltiplos sendo estes divergentes ou não dos aqui apresentados.

Com as observações presentes, apontamos o entendimento da cidade como um constante território em disputa, sendo apresentadas instâncias que expandem todos os espaços que a cidade representa, no campo prático, nos discursos, na rua, na vida cotidiana e no corpo. Nesse cenário, o corpo e consequentemente o sujeito não se resume ao depositário das

técnicas de disciplinarização, porém, torna-se elemento de lutas e resistências, criando formas de sobrepor as forças impostas.

Apresentamos como problemática central dessa pesquisa as técnicas jurídicas para se entender a interferência no corpo em Campina Grande, a cidade disciplinar, a utilização de meios para que o corpo e a cidade funcione de determinada maneira, buscando evidenciar como o cidadão comum recebe essa ação e como o ressignifica, “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio[...]”,¹¹² nesse sentido a interação com o múltiplo representa a diversidade que uma cidade apresenta.

A cidade é um campo fértil de cultura, esta tem como por excelência a transgressão, a quebra da regra, não há experiência histórica que represente a implantação de um pensamento uniforme de forma exitosa, sempre há resistência. Quando um grupo de habitantes de Campina Grande rejeita as ideias de civilização e progresso inspiradas em modelos externos, ele automaticamente impõe seu espaço cultural, luta, disputa, os estudos culturais não podem perder de vista esta característica da transgressão, resistência e reexistência.

As dificuldades que foram verificadas no decorrer desta pesquisa desde seu início até a sua etapa final demonstravam-se pela problemática de conversar uma pesquisa sobre cidades com suas imbricações sobre o corpo físico e sua disciplinarização, pensar a disputa no espaço da cidade e o limiar presentes nessas discussões. O antagonismo para tal tarefa, se deu por definir quais seriam as fontes necessárias para atestar a nossa tese, o qual foi solucionado ao perceber que uma forma de analisar a disciplina é através de mecanismos jurídicos, de toda uma rede que tem como um de seus apoios o poder da institucionalidade.

Por fim, julgamos que essa produção contribui para o debate histórico e para a historiografia de Campina Grande, pois adentra em um campo de extrema importância para se pensar o tempo vivido, as cidades, e estuda está como sendo um grande corpo em transformação, sendo-a disputada o tempo todo. Apresentamos uma narrativa histórica que tem seu método de produção, porém, assim como as cidades possuem variadas representações, a história deve ser pensada em sua diversidade, as centralidades são múltiplas e elas conversam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Aracy A. **ARTES PLÁSTICAS NA SEMANA DE 22** / Aracy A. Amaral. - Editora 34, São Paulo – SP 1998.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa - PB: Idéia, 2003, v. único, p. 79-132.

BAUDELAIRE, Charles, **O Pintor da Vida moderna, O Belo, a Moda e a Felicidade**. Tradutor; Jérôme Dufilho. Compilador; Tomaz Tadeu. 2010.

BEGUIN, François. **As Maquinarias inglesas do conforto**. IN: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981.

BRESCIANI, Maria Stella. **CIDADE E HISTÓRIA**. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **CIDADE: História e Desafios**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2002. 295 p.

CALDAS, Ramida kenia bondade de. **Espaços Despejantes corpos indesejados imagens cartográficas do Asilo de Mendicidade São Vicente de Paulo em Campina Grande 1935**

– **1945**. Trabalho de conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, centro de Educação, 2008.

CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697¹¹³ a 1864)**. 3ª Edição. Editora Cavala. Campina Grande/PB. 2006. 120 p.

CERTEAU, Michel d. **A invenção do cotidiano**. Tradução; Ephraim Ferreira Alves. 3ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis/Rio de Janeiro. 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução; Maria Manuela Galhardo. 3ª edição. DIFEL, 2002.

CHOAY, Françoise. **O reino do urbano e a morte da cidade**. Tradução; Eveline Bouteiller Kavakama. Proj. História. São Paulo/SP. 1999.

COSTA, Sandra Paula veras Amorim. **O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO, DE CAMPINA GRANDE – PB E AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO: uma análise de conteúdo das falas de atores envolvidos em sua formulação e realização**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2016.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador I: Uma História dos Costumes**. Tadução: Ruy Jungmam; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FILHO, Severino Cabral. **A Cidade revelada: Campina Grande em Imagens: História/ Severino Cabral Filho**. - Campina Grande, UFCG. 2009. 204 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir, História da Violência Nas Prisões.**; tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **História da Sexualidade I, A vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. - 3ª ed. - São Paulo, Paz e Terra, 2015.

GOMES, Jordan Queiroz. **SENSIBILIDADES E REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AROEIRENSE ENTRE SONHOS, DESEJOS E PRÁTICAS (1920-1960)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Historia da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), 2012.

GAUDÊNCIO, Rafael de Albuquerque. **Da Academia ao Bar: Círculos Intelectuais, Cultura impressa e Repercussões do Modernismo em Campina Grande – PB (1913-1953)**. Campina Grande. Março/2012.

_____. **A palavra impressa: uma história dos jornais, revistas e outros suportes impressos de Campina Grande (1913-1953)**. XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. 25 a 29 de agosto de 2014. p. 255-267.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). CIDADE: História e Desafios. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2002. 295 p.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: Alcar 2015 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. v10 (1993), Tradução Yara Aun Khoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> > Acesso em ago. 2017.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **CIDADE: História e Desafios**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2002. 295 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Rev. Bras. História. Vol.27, Nº.53, São Paulo. Janeiro./Junho2007

PINHEIRO, M. C.; FIALHO, R. **Pereira Passos: vida e obra**. IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 20060802, 2006

REIS, José Carlos. **A escola metódica dita “positivista”**. 3.ed., Belo Horizonte: Autentica, 2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A cidade, as classes e a política: uma nova questão urbana brasileira**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org). **CIDADE: História e Desafios**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2002. 295 p.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”, Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945)** / Gabriela Bezerra de Medeiros.-- João Pessoa. 2011.

SIMAS, Luiz A. **Territórios de luta e de identidades**. In: TEIXEIRA, Carlo A (Org). *Roda dos Saberes do Cais do Valongo*. 1º Edição. – Rio de Janeiro: Délcio Teobaldo (edição). Niterói, RJ: Kabula Artes e Projetos, 2015.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920 – 1945**. EDUFCEG, 2006. 193p. - (Coleção Outras Histórias, n. 3). THOMPSON. E. P. **Costumes em comum. Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional**. Revisão técnica; Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Websites

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365compilado.htm. Acesso em; 06/11/2019

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. DECRETO-LEI Nº 1.202, DE 8 DE ABRIL DE 1939. Disponível em; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1202.htm. Acesso em; 06/11/2019

Retalhos Históricos de Campina Grande. **Vergniaud Wanderley**. 2009. Disponível em; <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/08/vergniaud-wanderley.html#.XdHIW9VKjak>. Acesso em Novembro de 2019.

Fontes Utilizadas

- CAMPINA GRANDE. **Carlos Augusto da Costa**. 6/10/1936. Maço de licença construção e reformas 1936.
- CAMPINA GRANDE. **Severino da Costa Ribeiro**. 19/08/1935. Maço de licença construção e reformas 1934 a 1935.
- CAMPINA GRANDE. **Lei Nº 4**. 25/04/1936, Campina Grande. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.
- CAMPINA GRANDE. **Projeto de Resolução**, 13/03/1936. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.
- CAMPINA GRANDE. **Francisco Chagas de Andrade**. 15/02/1936. Maço de licença construção e reformas 1936 a 1937.
- CAMPINA GRANDE. **Decreto Legislativo**. 04/11/1936. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.
- CAMPINA GRANDE. **Ação coletiva, proprietários de barbearia**. 27 de Julho de 1936. Maço de licença construção e reformas 1938, caixa nº 15 B.
- CAMPINA GRANDE. **Decreto Nº 139**. 6 de dezembro de 1944. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.
- CAMPINA GRANDE. **Autoria não identificada**. 14/01/1935. Maço de licença construção e reformas 1934 a 1935.
- CAMPINA GRANDE. **Decreto Nº 2**. Campina Grande, 11/05/1936, Campina Grande. Maço 1930 a 1949, Lei projeto de Lei.
- CAMPINA GRANDE. **Diz José Simões de Carvalho**. Campina Grande, 19/03/1935. Maço de licença construção e reformas 1934 a 1936.

Periódicos Utilizados

- A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 23 edição de 21 de março 1935. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).
- A' HORA DO NAUFRAGIO POLITICO. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 25 edição de 04 de Abril 1935. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).
- Campina Grande Vencera!. **O Rebate**, Campina Grande, Anno III, n. 152 edição de 09 de setembro de 1935.
- Campina, Cidade de Ruas Tortas, Praças Entulhadas e Sargetas Infectas. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 11 edição de 27 de dezembro 1934.(Acervo Átila de Almeida – UEPB).
- Com o Sr. delegado de higiene. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 06 edição de 21 de novembro de 1934. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).
- Isto é incrível, sr Prefeito. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 10 edição de 19 de dezembro 1934. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).
- Um flagrante de um homem que vibra. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 06 edição de 21 de novembro de 1934. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).

O “Rebate” em Apuros.... **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 18 edição de 13 de fevereiro 1935. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).

Pela Urbs. **O Rebate**, Campina Grande, Anno I, n. 04 edição de 22 de Outubro de 1932.

Pulverizando uma injúria assacada por certa folha local, contra o sr. Argemiro de Figueiredo. REPTO DE HONRA. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 17 edição de 06 de fevereiro 1935. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).

Um Contraste chocante. **A Batalha**, Campina Grande, Anno I, n. 16 edição de 30 de janeiro 1935. (Acervo Átila de Almeida – UEPB).